



ATA N.º 24/2015

Data da reunião ordinária: 14/12/2015

Início da reunião: 10:05 horas

Fim da reunião: 12:30 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Manuel Orlando Fernandes Alves

Vereadores:

José Duarte Crespo Gonçalves

David José Varela Teixeira

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

António Gonçalves Araújo

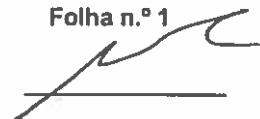
Maria Elsa de Moura Minhava

Paulo Jorge Miranda da Cruz

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Nuno Vaz Ribeiro

Cargo: Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças

**ATA N.º 24****Reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, realizada no dia 14 de dezembro de 2015.**

No dia catorze de dezembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Montalegre, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, sito à praça do Município, número um, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, Dr. David José Varela Teixeira, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Enf.ª Maria Elsa de Moura Minhava, Dr. António Gonçalves Araújo e Dr. Paulo Jorge Miranda da Cruz, e, comigo, Nuno Vaz Ribeiro, na qualidade de secretário. _____

A reunião ordinária prevista para o dia sete de dezembro em curso foi adiada para o dia de hoje, conforme se alcança da convocatória e do edital elaborados para o efeito, que se arquivam, no maço de documentos relativos a esta reunião, sob a forma de docs. n.ºs 1 e 2, respetivamente. Pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, quando eram dez horas e cinco minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se, a mesma, de acordo com a ordem do dia, disponibilizada, no dia dez de dezembro do ano em curso, na plataforma de gestão documental *sharepoint*, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião, sob a forma de doc. n.º 3. _____

- 1 – APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS / AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DOMÉSTICO. _____
- 2 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS/ APOIO ECONÓMICO PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA. _____
- 3 – TARIFA SOCIAL DE ÁGUA / ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE RAMAL DE ÁGUA E SANEAMENTO. _____
- 4 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA ALDEIA DE PEIREZES. _____
- 5 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELO CENTRO SÓCIO CULTURAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE PARA PODER DESENVOLVER ALGUMAS INICIATIVAS. _____
- 6 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A APOIAR AS OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NA SEDE DA JUNTA DA RESPECTIVA FREGUESIA. _____
- 7 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELA CERCIMONT, DESTINADO A APOIAR A BENEFICIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NA RESPECTIVA SEDE. _____
- 8 – WORLD TRAIL CHAMPIONSHIPS / RETIFICAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA, CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO, CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE, CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ E A CARLOS SÁ NATURE EVENTS. _____
- 9 – MINUTA DE CONTRA-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. _____

- 10 – REDE DE BIBLIOTECAS DO NORTE / MINUTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO. _____
- 11 – AREFCAST – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA CASTANHA/ PROTOCOLO. _____
- 12 – ADITAMENTO / ALTERAÇÃO AO PROCESSO Nº 25/2011, EM QUE É REQUERENTE O SR. JOÃO PEREIRA QUELHA, RESIDENTE EM SALTO. _____
- 13 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CÂNDIDA AFONSO CHAVES, RESIDENTE EM VILAR DE PERDIZES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 14 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM ALVES, RESIDENTE EM PONTEIRA, PARADELA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 15 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. SUZANA ALEXANDRA AFONSO MARTINS AZEVEDO RESIDENTE EM CHELO, FREGUESIA CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 16 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE GONÇALVES AZEVEDO, RESIDENTE EM CHELO, FREGUESIA CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 17 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DIOGO GONÇALVES BARROSO RESIDENTE EM LAPELA, FREGUESIA CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 18 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO JOAQUIM JOÃO LUIS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 19 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. BENTA GONÇALVES JOÃO AMARO, RESIDENTE EM FRIÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE DE BAIXO E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 20 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA GRAÇA BARROSO GONÇALVES GONÇALO, RESIDENTE EM CRIANDE, FREGUESIA DE MORGAGE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 20 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. CATARINA JESUS TRUTA BARROS, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 21 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA CELESTINA CALIXTO FALCÃO, RESIDENTE EM LAPELA, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 22 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. CONCEIÇÃO JESUS PEREIRA GONÇALVES MARGARIDO, RESIDENTE EM TELHADO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 23 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA PEREIRA GONÇALVES, RESIDENTE EM REBOREDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 24 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ARMINDA MARIA SANTOS GONÇALVES, RESIDENTE EM MORGAGE, FREGUESIA DE MORGAGE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____
- 25 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ROSA DIAS COSTA, RESIDENTE EM VICENTE, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

26 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM RUA RODRIGUES, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

27 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. BELMIRO GONÇALVES MIRANDA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DA VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

28 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM MARTINS MAGRO, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

29 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL MIGUEL GONÇALVES MACHADO, RESIDENTE EM REBORDELO, FREGUESIA DE MORGAGE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

30 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ ALBERTO CRUZ SURREIRA, RESIDENTE EM CODEÇOSO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEIXEDO E PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

31 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS GONÇALVES PIRES, RESIDENTE EM CELA, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

32 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO ABEL GONÇALVES PEIREZO, RESIDENTE EM MORGAGE, FREGUESIA DE MORGAGE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

33 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL RUA LUCAS, RESIDENTE EM CERVOS, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

34 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO BATISTA COSTA FECHERA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

35 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ADÃO MAGALHÃES FERNANDES, RESIDENTE EM REBORDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

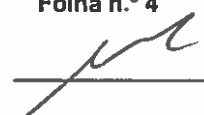
36 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL RODRIGUES FERREIRA, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

37 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. IRENE LUZ RIBAS FERREIRA, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

38 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALZARINO GONÇALVES RESIDENTE EM BARRACÃO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

39 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE FERNANDES GONÇALVES, RESIDENTE EM VIDOIEIRO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

40 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO SILVA ARAÚJO, RESIDENTE EM VILAR DE PERDIZES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR DE PERDIZES E MEIXIDE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



41 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ARMINDO LOPES CARVALHO, RESIDENTE EM CURRAIS, FREGUESIA DE REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

42 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANDRÉ PINTO PEREIRA, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

43 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO BARROSO DIAS, RESIDENTE EM TORGUEDA, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

44 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ROSA CARVALHO, VELOSO, RESIDENTE EM SEZELHE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

45 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA DULCE SILVA MARTINS BRANCO, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

46 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MÁRIO SOUSA BERMUDES, RESIDENTE EM SANTO ANDRÉ, FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

47 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL BARROSO PEREIRA LAMA, RESIDENTE EM PENEDONES, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

48 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO JOSÉ PINTO VAZ, RESIDENTE EM FÍRVIDAS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

49 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA MARIA GONÇALVES RODRIGUES ANTUNES, RESIDENTE EM SABUZEDO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

50 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA JOAQUINA PIRES GONÇALVES, RESIDENTE EM SABUZEDO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

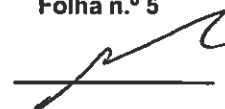
51 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA MARIA GONÇALVES PIRES, RESIDENTE EM SABUZEDO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

52 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO MIGUEL BRANCO PIRES, RESIDENTE EM CAMBESES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

53 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL PAQUETE LUCAS, RESIDENTE EM SANTO ANDRÉ, FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

54 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO MORAIS DA COSTA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTALEGRE E PADROSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

55 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOSÉ GONÇALVES RIBAS, RESIDENTE EM S.LOURENÇO FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



56 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. SÔNIA MARIA GONÇALVES PEREIRA RESIDENTE EM LODEIRO D' ARQUE, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

57 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO AFONSO COSTA RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

59 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO LIMA GONÇALVES AFONSO, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

60 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA ERMELINDA RIBEIRO VALDEGAS RESIDENTE EM ZEBRAL, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

61 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. LUCINDA PEREIRA RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

62 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ PAULO MOREIRA FERNANDES PEREIRA, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

63 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ JOÃO GONÇALVES, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA DE MORGAGE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

64 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA EMÍLIA GONÇALVES SANTOS, RESIDENTE EM BEÇÓS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

65 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARTA SUZANA CORREIA PEREIRA, RESIDENTE EM AMIAR, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

66 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA AURÍZIA ANTUNES LOPES, RESIDENTE NA, RUA BENTO GONÇALVES, EM MONTALEGRE DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

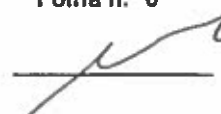
67 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FRANCISCO AGOSTINHO FERNANDES, RESIDENTE EM BEÇÓS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

68 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL CORREIA TEIXEIRA, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

69 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA GRAÇA MOREIRA SANTOS PEREIRA RESIDENTE EM CRIANDE, FREGUESIA DE MORGAGE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

70 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JUDITE BARROSO FERNANDES PEREIRA RESIDENTE EM VENDA NOVA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA NOVA E PONDRAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

71 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DE FÁTIMA ALVES MOURA MENDES, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



72 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA FERREIRA FERNANDES RESIDENTE, EM AMIAR, FREGUESIA DA SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

73 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA NASCIMENTO CADIME PEREIRA, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA DA NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

74 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LUÍSA JORGE RUA, RESIDENTE EM CODEÇOSO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEIXEDO E PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

75 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ARMINDA COSTA RESIDENTE EM ZEBRAL, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

76 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ROSA CANTO COSTA RESIDENTE, EM MORGADE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

77 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. FÁTIMA ADRIANA ALVES MARTINS, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

78 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ALBERTINA RODRIGUES MIGUEL CACHANDOLA, RESIDENTE, EM PITÕES DAS JÚNIAS, FREGUESIA DE PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

79 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JÚLIA FERNANDES GARCIA CALHENO RESIDENTE, NA VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

80 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JOAQUINA DIAS COSTA, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

81 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ISABEL MARIA LOPES COSQUETE, RESIDENTE EM CERVOS, FREGUESIA DA CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

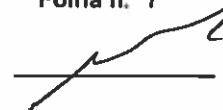
82 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES AFONSO, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

83 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA CATARINA PEREIRA BARROSO, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

84 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA MARIA GONÇALVES CARVALHO FERREIRA, RESIDENTE EM CELA, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

85 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CELESTE AFONSO DIAS GOMES, RESIDENTE EM TORGUEDA, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

86 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ISABEL PIRES FERNANDES, RESIDENTE EM VILARINHO DE ARCOS, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



87 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SR. DOMINGOS MARTINS SANTOS, RESIDENTE EM VILARINHO DE ARCOS, FREGUESIA DE CERVO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

88 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SR. DOMINGOS MANUEL PEREIRA CAPELA, RESIDENTE EM CANIÇO, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

89 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SR. ABEL SÉRGIO COSTA VERDE, RESIDENTE EM CONTIM, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PARADELA FIÃES E CONTIM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

90 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO VAZ MOUTINHO, RESIDENTE EM ZEBRAL, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

91 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM CARVALHO BABO, RESIDENTE EM CORTIÇO, FREGUESIA DE CERVO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

92 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ACÁCIO AFONSO MOURA, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

93 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. AUGUSTO PEREIRA, RESIDENTE EM TELHADO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

94 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. AURÉLIO FELIZ GONÇALVES MARTINS MAGALHÃES, RESIDENTE EM GRALHÓS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

95 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO SANTOS SOUTO, RESIDENTE EM CERVO, FREGUESIA DA CERVO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

96 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL CABELEIRA COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

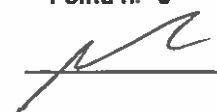
97 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SILVESTRE DIAS TEIXEIRA, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DA SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

98 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES RAMOS BRANCO, RESIDENTE EM COVELÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

99 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. VÍTOR MANUEL BARROSO GONÇALVES PEREIRA, RESIDENTE EM TELHADO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

100 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MÁRIO GONÇALVES SERRA, RESIDENTE EM TRAVASSOS DO RIO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

101 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. NUNO FILIPE PINTO VALENÇA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DA VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



102 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JORGE PINTO MENDES, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

103 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA MANUELA CABELEIRA COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

104 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JORGE GONÇALVES PEREIRA, RESIDENTE EM TABUADELA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

105 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ANTÓNIA PEREIRA ALVES, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

106 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DA GLÓRIA RODRIGUES ALVES CASTRO, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

107 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FILIPE JOSÉ RUA MOURA, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

108 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LURDES MENDES RAFAEL, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

109 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS MARTINS GONÇALVES, RESIDENTE EM PINCÃES, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

110 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES PINTO, RESIDENTE EM SARRAQUINHOS, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

111 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SEBASTIÃO DOMINGOS MORAIS COSTA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

112 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JESUS PEREIRA, RESIDENTE EM BRANDIM, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

113 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. HORÁCIO MORGADINHO NOBRE, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

114 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ROSA GOMES COSTA MOURA, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

115 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. LUCINDA GONÇALVES ALVES, RESIDENTE EM SANTO ANDRÉ, FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

116 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO RICARDO FREITAS RIBEIRO, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

117 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SÉRGIO MANUEL CURRALEJO GONÇALVES, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E

FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

118 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MOURA GONÇALVES CIMADEIRA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

119 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. BEATRIZ FRUTUOSO CARVALHO LOURENÇO, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

120 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ILDA AFONSO BARROSO GUERRA, RESIDENTE EM PONDRAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA NOVA E PONDRAS DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

121 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM PEDRO SANTOS ALVES, RESIDENTE EM MEIXIDE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR DE PERDIZES E MEIXIDE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

122 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ RODRIGUES DIAS, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

123 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ GONÇALVES LOUSA, RESIDENTE EM VIADE DE CIMA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

124 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ GABRIEL BARRETO GONÇALVES FECHAS, RESIDENTE EM BAGULHÃO, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

125 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ADÉLIA F.SOUSA ANTUNES, RESIDENTE EM FERRAL, FREGUESIA DE FERRAL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

126 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. JOAQUINA ALVES COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

127 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JOSÉ RODRIGUES PACHECO, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

128 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CARLA ALEXANDRA FRUTUOSO PIRES LOPES, RESIDENTE EM TRAVASSOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

129 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA MARGARIDA, PACHECO PEREIRA, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

130 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO AFONSO AZEVEDO, RESIDENTE EM LAMAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

131 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO ORMECHE ALVES, RESIDENTE EM PADORNELOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEIXEDO E PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

132 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO CASTRO RODRIGUES MARTINS, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR



A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

133 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO AUGUSTO GONÇALVES ALVES, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

134 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JÚLIO ORMECHE GONÇALVES, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

135 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALCÍLIO GONÇALVES SANTOS, RESIDENTE EM VILARINHO DE ARCOS, FREGUESIA DA CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

136 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO PIRES DA CUNHA, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS, FREGUESIA DE PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

137 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JORGE TEIXEIRA DA CRUZ, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

138 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL RAMOS LOPES, RESIDENTE EM TRAVASSOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

139 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO GONÇALVES MIRANDA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

140 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ROGÉRIO PEREIRA CUNHA, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

141 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MÁRCIO ABREU CARVALHO AZEVEDO, RESIDENTE S. LOURENÇO, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

142 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. HÉLDER MANUEL MATOS FONSECA, RESIDENTE NA CORVA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

143 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL LAGE TIAGO, RESIDENTE EM PADROSO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTALEGRE E PADROSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

144 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA CONCEIÇÃO LUIS ALBELO GONÇALVES, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

145 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ISABELINA MOUTINHO SEIXAS FERREIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA DE GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

146 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA MADALENA FERNANDES MARQUES, RESIDENTE EM TRAVASSOS, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

147 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA PIRES ESTEVES MOURÃO, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

148 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA INÊS FONTE BATISTA MADEIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

149 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. SÔNIA MARGARIDA DOURADO FERNANDES, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

150 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA EMÍLIA PEREIRA FERNANDES, RESIDENTE EM REBOREDA, FREGUESIA SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

151 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. TERESA MARIA SILVA MARTINS, RESIDENTE EM LADRUGÃES, FREGUESIA REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

152 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. FERNANDA MEDEIROS GONÇALVES BARROSO, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

153 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ALZIRA VAZ FERREIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

154 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA GONÇALVES LOPES, RESIDENTE EM COVELÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

155 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JESUS GONÇALVES CARVALHO MENDES, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

156 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS MANUEL AMARO JORGE, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

157 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOSÉ CARVALHO FERNANDES, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

158 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ELISEU MANUEL GONÇALVES MARTINS DIAS, RESIDENTE EM GRALHÓS, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

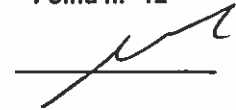
159 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO JOSÉ RUA JUSTO, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

160 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. VIDAL FERREIRA JUSTO, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA DE GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

161 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CARLOS ALVES VAZ, RESIDENTE EM TOURÉM, FREGUESIA DE TOURÉM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

162 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL SEIXAS JUSTO, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA DE GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

163 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CARVALHO GONÇALVES, RESIDENTE EM REBOREDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



164 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SÉRGIO FERNANDO MOREIRA VIDES, RESIDENTE EM TORGUEDA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

165 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO MANUEL CABELEIRA COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

166 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL AFONSO BARROSO, RESIDENTE EM ANTIGO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE DE BAIXO E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

167 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALFREDO FERNANDES ARAÚJO, RESIDENTE NO BARRAÇÃO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

168 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO GABRIEL FERNANDES DOURADO, RESIDENTE EM REBOREDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

169 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANÍBAL JOSÉ SANTOS PAULO, RESIDENTE EM MEIXIDE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR DE PERDIZES E MEIXIDE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

170 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS PINTO ALVES, RESIDENTE EM MORGADE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

171 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS PIRES MOURA, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

172 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. VENTURA AFONSO GONÇALVES, RESIDENTE EM LAMA DA MISSA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE DE BAIXO E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

173 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO TOMAZ ABREU CARVALHO AZEVEDO, RESIDENTE EM S.LOURENÇO, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

174 – PROCESSO DISCIPLINAR Nº 1/2015 / RELATÓRIO FINAL. _____

175 – RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

176 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 240/2015 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

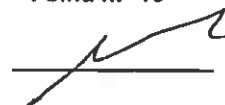
177 – MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DO ANO FINANCEIRO DE 2015 (10.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA / 10.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS / 8.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS). _____

178 – MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DO ANO FINANCEIRO DE 2015 (11.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA / 11.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS / 9.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS). _____

179 – 3ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO FINANCEIRO 2015. _____

180 – AQUISIÇÃO DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, SITOS NO LUGAR DO AÇOUGUE, NA FREGUESIA DE MONTALEGRE, DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA DE MONTALEGRE. _____

181 – AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO DE TERRENO, SITUADO NA ZONA ENVOLVENTE AO CASTELO DE MONTALEGRE. _____



182 – ALIENAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO, E DE DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA DOS PRÉDIOS URBANOS – ANTIGAS ESCOLAR PRIMÁRIAS – SITAS EM PEREIRA, BAGULHÃO, TABUADELA, CARVALHO, LINHARELHOS, REBORDA, CAMBESES DO RIO, FRADES DO RIO, VILA DA PONTE E BUSTELO. _____

183 – PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA. _____

184 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. _____

I
ATAS

1 – APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO VINTE E TRÊS, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, depois de ter dispensado a sua leitura, com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata. _____

– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA –

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

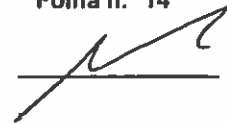
1 – MOSTRA DE PRODUTOS REGIONAIS REALIZADA NO PORTO. _____

A Senhora Vereadora do PSD, eleita na lista da coligação “Unidos Por Montalegre”, PPD/PSD.CDS/PP, Enf.ª Elsa Minhava, perguntou se a “Mostra de Produtos Regionais realizada no Porto” tinha decorrido com normalidade ou se, pelo contrário, tinha sido sentida alguma retração do público relativamente aos produtos fumados, em particular da alheira. _____

O Vice-Presidente da Câmara, Dr. David Teixeira, disse que se nota alguma falta de poder aquisitivo por parte das pessoas pois, apesar de “haver muita gente a mostrar interesse, são poucos os que efetivamente compram”. As alheiras têm tido menos procura e isso será o resultado de alguma desinformação relacionada com a notícia publicada na comunicação social acerca de um caso de saúde pública identificado com alheiras produzidas por uma unidade industrial de Mirandela. _____

Disse que é expetável que a Feira de Montalegre possa ser afetada por esse sentimento de desconfiança manifestado pelas pessoas relativamente aos produtos fumados, mas os efeitos não serão muito relevantes na medida em que existe uma relação de confiança entre os produtores e os compradores. _____

O Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Alves, disse que os produtores têm sido aconselhados a moderar a exposição dos seus produtos ao fumo, especialmente as “sangueiras” e as “alheiras”, pois o excesso de fumo pode ser dissuasor para alguns potenciais compradores. _____



Disse ainda que tem procurado inculir nos dirigentes da associação e nos respetivos associados a necessidade de modernizarem as suas explorações, mas também para inovarem nos produtos, de modo a ganharem novos compradores e novos mercados. _____

Disse, também, que a crescente exigência normativa na produção e comercialização de fumeiro fresco deve ser olhado como um novo desafio a ser vencido e não como um obstáculo intransponível. _____

Por último, o Senhor Presidente da Câmara reafirmou a ideia de que a associação de produtores de fumeiro tem de olhar para o futuro com uma nova visão e com a ambição renovada. _____

III INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

1 – APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS / AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DOMÉSTICO. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, proposta subscrita pela Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Fernandes Alves, cujo respetivo teor se transcreve, na íntegra, para os devidos efeitos legais: _____

“Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos – aquisição de equipamento doméstico. _____

No âmbito do apoio a estratos sociais desfavorecidos, e especificamente na área de apoio à recuperação e beneficiação habitacional, foi aprovada pela Exma. Câmara, e já executada, a recuperação da habitação de Fernando José Santos Seixas, residente em Gralhas. _____

Como este beneficiário e os seus dois filhos residiam em casa de uma irmã, não possui nem mobílias, nem eletrodomésticos que lhe permitam efetuar já a ocupação da referida habitação. _

A mobília essencial já lhe foi doada por beneméritos mas necessita, ainda, dos eletrodomésticos (fogão, frigorífico, máquina de lavar roupa, exaustor e esquentador) e de um armário de parede para colocar na cozinha. _____

Após uma auscultação ao mercado, o custo total com os acima referidos equipamentos é de 1.991,55 € (mil novecentos e noventa e um euros e cinquenta e cinco cêntimos) com Iva à taxa legal em vigor incluído. _____

Considerando que o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos prevê, no seu ponto 1.6, do artigo 3º - Área da Habitação, o apoio económico para aquisição de equipamento doméstico e as condições sócio económicas do requerente se enquadram nas condições gerais previstas no artigo 2º do citado Regulamento, _____

Proponho à Exma. Câmara: _____

a aquisição de um fogão, de um frigorífico, de uma máquina de lavar roupa, de um exaustor, de um esquentador e de um armário de cozinha, pelo valor global de 1.991,55 € (mil novecentos e noventa e um euros e cinquenta e cinco cêntimos) com Iva à taxa legal em vigor, incluído, para equipamento da cozinha do sr. Fernando José Santos Seixas. _____

A Vereadora, assinatura ilegível, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves". _____
 Esta proposta, apesar de transcrita, vai ficar apenas ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a
 forma de doc. n.º 4. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta nos
 termos em que foi formulada. Proceda-se de acordo com a mesma. _____

Ao Serviço de Aproveitamento para efeitos de aquisição dos eletrodomésticos, fogão,
 frigorífico, máquina de lavar roupa, exaustor, e um armário de cozinha. _____

**2 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS / APOIO ECONÓMICO PARA
 PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA.** _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe,
 proposta elaborada pela Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Fernandes Alves,
 datada de vinte e seis de novembro de dois mil e quinze do ano em curso, cujo respetivo teor se
 transcreve, na íntegra, para os devidos efeitos legais: _____

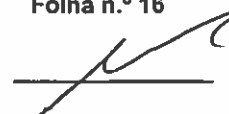
"Objeto: Atribuição de apoios a estratos sociais desfavorecidos. _____

Considerando que, de acordo com os relatórios sociais anexos, os requerentes abaixo
 designados reúnem as condições previstas no artigo 2º, n.º 1, alínea b) do Regulamento de
 Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, proponho à Ex.ª Câmara lhes seja
 atribuído um apoio económico para pagamento de dívida relativa ao consumo de água, no
 âmbito das condições específicas previstas no n.º 1 do artigo 3º: _____

Nome	CIL	Morada	Dívida
Conceição Teixeira da Cruz	9299	Rua de Trás da Cortinha, n.º 6 – A. Sarraqinhos	471.59€
Maria Laura Santos	814	Rua da Portela, n.º 320 – 1º andar- Montalegre	506.35€
José Luís Abreu Pires	8838	Rua do Volfrâmio, n.º 6 – Borralha	567.84€
António Dias Moura	4703	Rua do Santo, n.º 1 – Gralhós	1159.59€
Adriano Antunes Macedo	5228	Rua F, n.º69 – Bairro Albino Fidalgo – Montalegre -	177.19€
Maria Adelina Conceição Barroso	8882	Avenida Central, n.º 26 – Bairro Novo – Borralha	389.96€
Manuel Pires Lopes	3114	Travessa da Quelha da Neta, n.º 1 – Vila da Ponte	346.70€
José Marceliano Sá Barros	6876	Rua da Poça Grande, n.º 6 – S. Ane	629.66€
Maria Gabriela Barbosa Rebello Silva	10525	Prédio Albino Fidalgo, Bloco B, Rua C, n.º3 – 2º Esquerdo frente - Montalegre	886.77€

Montalegre, 26 de Novembro de 2015. _____

A Vereadora da Ação Social, assinatura ilegível, Maria de Fátima Pereira Fernanda Alves". _____
 Esta proposta, apesar de transcrita, bem como os dez relatórios sociais que a acompanhavam, um por



cada agregado beneficiário, vão ficar apensos ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs, 5 a 14, respetivamente. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com fundamentos constantes da aludida proposta, o seguinte: _____

a) A concessão de apoio financeiro aos beneficiários identificados na aludida proposta, nos montantes nela igualmente consignados. _____

b) Fazer depender a eficácia financeira desta deliberação da obtenção de prévio compromisso, conforme a disciplina normativa constante da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conhecida por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. _____

c) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva (DDCSCD) para efeitos de notificação do teor da presente deliberação aos interessados. _____

d) Ao Gabinete de Gestão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado, bem como à sua adequada publicitação, nos termos e para os efeitos constantes da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, e cumprimento do estabelecido no despacho n.º 1169/2014, da Ministra das Finanças, datado de 08.01.2014. _____

3 – TARIFA SOCIAL DE ÁGUA / ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE RAMAL DE ÁGUA E SANEAMENTO. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em título, informação técnica subscrita pela Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva, Dra. Irene Esteves, datada de 26 de novembro do ano em curso, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra, para os devidos efeitos legais: _____

“1 - Tarifa Social de Água. _____

O requerente reúne as condições previstas e constantes no n.º 3, alínea a), do artigo 2º do Tarifário de Água, Resíduos Sólidos e Saneamento para atribuição da tarifa social de água. _____

Nome	CIL	Residência	N.º de Processo
Emídio Gonçalves Rebelo	8915	Travessa da Fundação, n.º 5 - Borralha	210/11/ACS/2015

2 - Isenção do pagamento de ramal de água e saneamento. _____

O requerente reúne as condições previstas e constantes na alínea c) do artigo 107º do Regulamento de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Montalegre. _____

Nome	CIL	Residência	N.º de Processo
Fernando José Santos Seixas	11503	Rua de Trás, n.º 19	215/16/ACS/2015



Montalegre, 26 de Novembro de 2015. _____
A Chefe da DDCSCD, assinatura ilegível, Irene Esteves". _____

Sobre esse documento foi exarado despacho, pela Senhora Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Fernandes Alves, datado de trinta de novembro de 2015, com o seguinte teor: " À reunião da Câmara para atribuição da tarifa." _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expressos na referida informação técnica, deferir o pedido de tarifa social de água, formulado pelo munícipe Emílio Gonçalves Rebelo (CIL 11503), bem como o pedido de isenção do pagamento de ramal de água e saneamento, formulado pelo munícipe Fernando José Santos Seixas (CIL 11503). _____

À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para notificar os interessados do teor da presente deliberação. _____

À Secção de Serviços Urbanos e Ambiente para efeitos de execução material da presente deliberação. _____

Esta informação, apesar de transcrita, vai ficar apenas ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de doc. n.º 15. _____

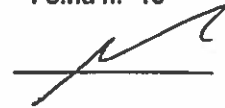
IV CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS

4 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA ALDEIA DE PEIREZES. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, pedido de apoio financeiro, no montante de € 20.000,00, formulado pela Associação de Revitalização da Aldeia de Peirezes, com sede na aldeia de Peirezes, freguesia da Chã, deste concelho, destinado à requalificação da antiga escola da aldeia tendo em vista a instalação de um centro de convívio, registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo, sob a referência CMM7901, no dia 03.12.2015 – *documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 16.* _____

Sobre esse documento foi exarado, pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, despacho datado de três de dezembro do ano em curso, com o seguinte teor: "À C.M.". _____

Foi ainda presente, conjuntamente com o aludido pedido, a requisição externa de despesa n.º 2266, de 25.11.2015, reportada ao compromisso n.º 2015/2137, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º



127/2012 de 21 de junho – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 17. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: _____

a) Aprovar a concessão de apoio financeiro, no valor de € 20.000 (vinte mil euros), a favor da Associação de Revitalização da Aldeia de Pereizes, com o NIPC 513 637 001, com sede no concelho de Montalegre, destinado a participar despesas com obras de adaptação do edifício da antiga escola primária da aldeia de Peirezes a centro de convívio. _____

b) Ao Gabinete de Gestão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado, bem como à sua adequada publicitação, nos termos e para os efeitos constantes da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, e cumprimento do estabelecido no despacho n.º 1169/2014, da Ministra das Finanças. _____

c) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para dar conhecimento ao Presidente da associação supra referida do teor da presente deliberação. _____

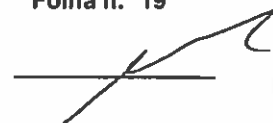
5 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELO CENTRO SÓCIO CULTURAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE PARA PODER DESENVOLVER ALGUMAS INICIATIVAS. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, pedido de apoio financeiro, no valor de € 10.000,00, formulado pelo Presidente do Centro Sócio Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montalegre, destinado a apoiar a realização de “um vasto leque de iniciativas no âmbito cultural e social”, registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo, sob a referência CMM7455, no dia 12.11.2015 – documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 18. _____

Sobre esse documento foi exarado, pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, despacho datado de treze de novembro, com o seguinte teor: “À C.M.”. _____

Foi ainda presente, conjuntamente com o aludido pedido, a requisição externa de despesa n.º 2048, de 20.10.2015, reportada ao compromisso n.º 2015/2088, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho. _____

A Senhora Vereadora do PSD, eleita na lista da coligação “Unidos Por Montalegre”, PPD/PSD.CDS/PP, Enf.ª Elsa Minhava, disse que os pedidos de apoio financeiro deveriam ser claros quanto ao pedido e fundamentados quanto à(s) respetiva(s) finalidade(s), o que não acontece com o apresentado pelo Centro Sócio Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montalegre. _____



Disse ainda que o pedido em apreciação deveria ser acompanhado de um plano de atividades com a orçamentação das mesmas. _____

O Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Alves, disse que o apoio financeiro será destinado a compartilhar as despesas com o jantar de natal dos trabalhadores, mas especialmente para propiciar um espetáculo de animação desportiva e cultural aos seus filhos.

Disse ainda que iria transmitir a preocupação manifestada pela Senhora Vereadora do PSD aos órgãos dirigentes desta associação a fim de que possam aperfeiçoar os seus pedidos. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois de abstenção expressos pelos Vereadores do PSD, Dr. José Duarte Gonçalves e Enf.ª Elsa Minhava, com fundamento na alínea p), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: _____

a) Aprovar o pedido de concessão de apoio financeiro, no valor de € 10.000 (dez mil euros), formulado pelo Centro Sócio Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montalegre, com o NIPC 503 361 240, com sede em Montalegre, concelho de Montalegre, destinado a compartilhar atividades de natureza cultural e social. _____

b) Ao Gabinete de Gestão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado, bem como à sua adequada publicitação, nos termos e para os efeitos constantes da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, e cumprimento do estabelecido no despacho n.º 1169/2014, da Ministra das Finanças. _____

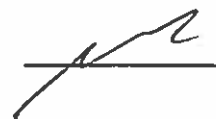
c) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para dar conhecimento ao Presidente da associação supra referida do teor da presente deliberação. _____

6 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A APOIAR AS OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NA SEDE DA JUNTA DA RESPECTIVA FREGUESIA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, pedido de apoio financeiro, no valor de € 12.650,00, acrescido do iva, formulado pela Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, deste concelho, destinado a compartilhar os custos com a substituição do telhado e o chão do edifício sede da Junta de Freguesia, através de ofício registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo, sob a referência CMM6826, no dia 15.10.2015 – documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 19. _____

Sobre esse documento foi exarado, pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, despacho datado de três de novembro do ano em curso, com o seguinte teor: “À CM”. _____

Foi ainda presente, conjuntamente com o aludido pedido, a requisição externa de despesa n.º 2350, de 09.12.2015, reportada ao compromisso n.º 2015/2047, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da Lei dos Compromissos e Pagamentos



em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 20. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal o seguinte: _____

a) Aprovação, ao abrigo do disposto da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, já referida supra, a concessão de apoio financeiro, no valor de € 15.559,50 (quinze mil quinhentos e cinquenta e nove euros e cinquenta cêntimos), a favor da freguesia de Cervos, deste concelho, destinado a compartilhar os encargos com a realização de obras de beneficiação do respetivo edifício sede, traduzidas na substituição do chão e do telhado. _____

b) Ao Gabinete de Gestão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, verificado o pressuposto enunciado na alínea anterior, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado. _____

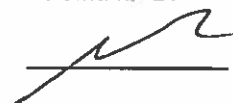
c) Ao Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação (GAPV) para notificar a referida Presidente de Junta de Freguesia do teor da presente deliberação. _____

7 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO FORMULADO PELA CERCIMONT, DESTINADO A APOIAR A BENEFICIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NA RESPECTIVA SEDE. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, pedido de apoio financeiro, no montante de € 13.617,07, formulado pela Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montalegre, CRL (CERCIMONT), destinado a compartilhar os custos decorrentes da realização de obras de beneficiação das respetivas instalações, registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo, sob a referência CMM7638, no dia 19.11.2015 – documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 21. _____

Sobre esse documento foi exarado, pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, despacho datado de vinte e quatro de novembro do ano em curso, com o seguinte teor: “À CM”. _____

Foi ainda presente, conjuntamente com o aludido pedido, a requisição externa de despesa n.º 2351, de 09.12.2015, reportada ao compromisso n.º 2015/2159, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 22. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: _____

a) Aprovar a concessão de apoio financeiro, no valor de € 13.617,07 (treze mil, seiscentos e dezassete euros e sete cêntimos), em complemento ao apoio financeiro aprovado na reunião realizada no dia dois de novembro do ano em curso, a favor da Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montalegre, CRL, com o NIPC 509 959 237, com sede em Montalegre, destinado a compartilhar despesas com obras de beneficiação das respetivas instalações/sede. _____

b) Ao Gabinete de Gestão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado, bem como à sua adequada publicitação, nos termos e para os efeitos constantes da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, e cumprimento do estabelecido no despacho n.º 1169/2014, da Ministra das Finanças. _____

c) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para dar conhecimento ao Presidente da associação supra referida do teor da presente deliberação. _____

8 – WORLD TRAIL CHAMPIONSHIPS / RETIFICAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA, CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO, CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE, CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ E A CARLOS SÁ NATURE EVENTS. _____

Foi presente, para efeitos de retificação da deliberação do executivo municipal, tomada na reunião do executivo municipal, realizada no dia dezasseis de novembro do ano em curso, sobre o mesmo assunto, minuta de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Braga, Câmara Municipal de Ponte da Barca, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Câmara Municipal de Montalegre, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e a Associação Viver Peneda – Gerês – Associação para a Promoção do Ambiente e Atividades em Natureza, esta última em substituição do Carlos Sá Nature Events, que tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições para a organização do campeonato do mundo de *Trail Running* (Campeonato do Mundo) – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 23. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento no disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

a) Aprovar a minuta de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Braga, Câmara Municipal de Ponte da Barca, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Câmara Municipal de Montalegre e Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e a Associação Viver Peneda – Gerês – Associação para a Promoção do Ambiente e Atividades em Natureza, bem como autorizar a assunção dos encargos decorrentes da celebração do mesmo, no valor de € 11.250,00 (onze mil



duzentos e cinquenta euros), a pagar em duas prestações de igual valor, uma no ano de 2015 e a outra no ano de 2016. _____

b) Fazer depender a eficácia financeira desta deliberação da obtenção de prévio compromisso, conforme a disciplina normativa constante da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, vulgarmente conhecida pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), adaptada às autarquias locais pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. _____

c) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar o aludido Protocolo, em representação do município de Montalegre. _____

d) Ao GAP para efeitos de formalização do aludido Protocolo, arquivo do original e disponibilização de cópia na plataforma de gestão documental *Sharepoint*. _____

9 – MINUTA DE CONTRA-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em título, minuta de contrato-programa a outorgar entre a empresa local, EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e o Município de Montalegre, a vigorar para o ano de 2016, bem como o anexo – estrato do plano de atividades (concelho de Montalegre) e o parecer do Revisor Oficial de Contas – *documentos cujo teor se dão aqui por integrados e reproduzidos e se arquivam no maço de documentos relativos à presente ata, sob a forma de doc. n.º 24.* _

O Senhor Vereador do PSD, eleito na lista da coligação “Unidos Por Montalegre”, PPD/PSD.CDS/PP, Dr. José Duarte Gonçalves, disse que as verbas constantes do contrato programa deveriam ser transferidas diretamente para o município ou para as freguesias. _____

Disse não concordar com a solução contratual apresentada, pois quem figura como entidade promotora, como entidade contratante é a EHATB. _____

Disse, por último, o aludido Vereador do PSD, que esta solução é menos transparente. _____

O Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Alves, disse não aceitar que se diga ser esta solução pouco transparente, pois, para além de cumprir todas as regras legais aplicáveis a este tipo de contratos, foi o mesmo objeto de parecer favorável do revisor oficial de contas. _____

Disse ainda que empresa EHATB está sujeita às mesmas regras de contratação das autarquias locais. _____

Disse, por último, que esta solução contratual permite maximizar os recursos financeiros da empresa EHATB em prol das populações locais. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra expressos pelos Vereadores do PSD, Dr. José Duarte Gonçalves e Enf.ª Elsa Minhava, aprovar a minuta do aludido contrato programa, bem como remetê-lo para o órgão deliberativo municipal para efeitos de aprovação definitiva. _____

Ao GAPV para efeitos de acompanhamento do procedimento de formalização do aludido contrato-programa e, depois de assinado, envio de cópia para o Departamento de Administração Geral e Finanças, para efeitos de comunicação à Inspeção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, em cumprimento do disposto no n.º 7, do artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de dezembro. _____

10 – REDE DE BIBLIOTECAS DO NORTE / MINUTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto em epígrafe, minuta de Protocolo de Cooperação da Rede de Bibliotecas do Norte (RBN), a celebrar entre o Município de Montalegre, a Escola Profissional de Fermil e o Centro de Formação de Basto, relativo às regras gerais de organização e de funcionamento da colaboração da Rede de Bibliotecas do Norte – *documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 25.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: _____

a) Aprovar a minuta de adenda ao protocolo de cooperação, celebrado em 17.06.2015, entre o Município de Montalegre, a Escola Profissional de Fermil e o Centro de Formação de Basto, bem como autorizar a outorga do referido protocolo por parte do Senhor Presidente da Câmara. _____

b) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para assegurar a formalização do referido protocolo, bem como para acompanhar a sua execução. _____

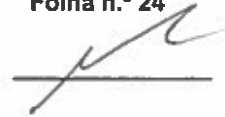
e) Ao GAP para efeitos de digitalização do referido protocolo e inserção do mesmo na plataforma de gestão documental. _____

11 – AREFCAST – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA CASTANHA/ PROTOCOLO. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto em epígrafe, Protocolo BioVespa – Luta Biológica contra as Vespas das Galhas do Castanheiro, a RefCast – a celebrar entre a Associação Portuguesa da Castanha, Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos, Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico de Castelo Branco e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e vários municípios, entre os quais o de Montalegre, tendo por escopo a adoção de medidas que visem combater a vespa das galhas do castanheiro em linha com o determinado no Plano de ação nacional para o controlo do inseto *Dryocosmus kuriphilus Yasumatsu* – Vespas das Galhas do Castanheiro – *documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 26.* _____

Sobre esse documento, foi exarado, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. David Teixeira, despacho com o seguinte teor: À reunião CMM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o aludido, bem como legitimar a sua outorga por parte do Senhor Presidente da Câmara. _____



Ao GAP para efeitos de formalização do aludido protocolo, arquivo do original e disponibilização de cópia na plataforma de gestão documental *Sharepoint*. _____

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO

2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO

3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

12 – ADITAMENTO / ALTERAÇÃO AO PROCESSO Nº 25/2011, EM QUE É REQUERENTE O SR. JOÃO PEREIRA QUELHA, RESIDENTE EM SALTO. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 18 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo n.º 25/2011, despoletado pelo requerimento n.º 675/2015, apresentado pelo Sr. João Pereira Quelha, no dia 10 de dezembro de 2015, para efeitos de legalização de um estábulo e armazém (vacaria) com a área de 820 m² – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 27.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

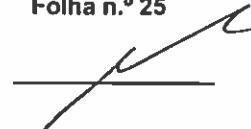
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica. Proceda-se de acordo com a mesma. _____

13 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CÂNDIDA AFONSO CHAVES, RESIDENTE EM VILAR DE PERDIZES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 70/2015, despoletado pelo requerimento n.º 685/2015, apresentado pela Sra. Cândida Afonso Chaves, no dia 11 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 28.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Cândida Afonso Chaves, residente em Vilar de Perdizes, com o NIF 198 080 611, identificado no sistema de



identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2415423536001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

14 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM ALVES, RESIDENTE EM PONTEIRA, PARADELA, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 107/2015, despoletado pelo requerimento n.º 666/2015, apresentado pelo Sr. Joaquim Alves, no dia 06 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 29.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Joaquim Alves, residente em Paradelas, com o NIF 102 178 500, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2145300645006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

15 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. SUZANA ALEXANDRA AFONSO MARTINS AZEVEDO RESIDENTE EM CHELO, FREGUESIA CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 109/2015, despoletado pelo requerimento n.º 672/2015, apresentado pela Sra. Suzana Alexandra Afonso Martins Azevedo, no dia 09 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativo a esta ata sob a forma de doc. n.º 30.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Suzana Alexandra Afonso Martins Azevedo, residente em Chelo, Cabril, com o NIF 225 156 695, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 20952866350030 / 2095287888001 / 2115308296001/21153117826001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

16 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE GONÇALVES AZEVEDO, RESIDENTE EM CHELO, FREGUESIA CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 110/2015, despoletado pelo requerimento n.º 673/2015, apresentado pelo Sr. Paulo Jorge Gonçalves Azevedo, no dia 09 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 31.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Paulo Jorge Gonçalves Azevedo, residente em Chelo, Cabril, com o NIF 213 619 300, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2095286635025, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

17 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DIOGO GONÇALVES BARROSO RESIDENTE EM LAPELA, FREGUESIA CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 113/2015, despoletado pelo requerimento n.º 679/2015, apresentado pelo Sr. Diogo Gonçalves Barroso, no dia 10 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º _____

68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 32. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Diogo Gonçalves Barroso, residente em Cabril, com o NIF 229 737 056, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115313329017, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

18 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO JOAQUIM JOÃO LUIS, RESIDENTE EM PAREDES DO RIO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

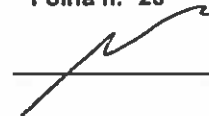
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 13 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 114/2015, despoletado pelo requerimento n.º 682/2015, apresentado pelo Sr. António Joaquim João Luis, no dia 10 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 33. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Joaquim João Luis, residente em Paredes do Rio, com o NIF 186 683 677, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2175364913001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

19 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. BENTA GONÇALVES JOÃO AMARO, RESIDENTE EM FRIÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE DE BAIXO E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 115/2015, despoletado pelo requerimento n.º 688/2015, apresentado pela Sra. Benta Gonçalves João Amaro, no dia 11 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 34.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Benta Gonçalves João Amaro, residente em Friães, com o NIF 143 826 379, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2205307621004 / 2205297170008, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

20 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA GRAÇA BARROSO GONÇALVES GONÇALO, RESIDENTE EM CRIANDE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 16 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 119/2015, despoletado pelo requerimento n.º 692/2015, apresentado pela Sra. Maria Graça Barroso Gonçalves Gonçalo, no dia 12 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 35.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Graça Barroso Gonçalves Gonçalo, residente em Morgade, com o NIF 161 446 566, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315339528001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

21 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. CATARINA JESUS TRUTA BARROS, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 16 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 116/2015, despoletado pelo requerimento n.º 689/2015, apresentado pela Sra. Catarina Jesus Truta Barros, no dia 12 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 36.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Catarina Jesus Truta Barros, residente em Linharelhos, Salto, com o NIF 222 435 437, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115215309042, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

22 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA CELESTINA CALIXTO FALCÃO, RESIDENTE EM LAPELA, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 16 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 117/2015, despoletado pelo requerimento n.º 690/2015, apresentado pela Sra. Maria Celestina Calixto Falcão, no dia 12 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 37.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Celestina Calixto Falcão, residente em Lapela, Cabril, com o NIF 246 756 314, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115313329016, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



23 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. CONCEIÇÃO JESUS PEREIRA GONÇALVES MARGARIDO, RESIDENTE EM TELHADO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 137/2015, despoletado pelo requerimento n.º 713/2015, apresentado pela Sra. Conceição Jesus Pereira Gonçalves Margarido, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 38.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

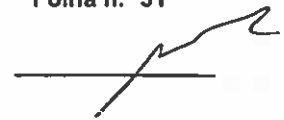
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Conceição Jesus Pereira Gonçalves Margarido, residente em Telhado, com o NIF 190 831 979, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235263987008, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

24 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA PEREIRA GONÇALVES, RESIDENTE EM REBOREDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 132/2015, despoletado pelo requerimento n.º 707/2015, apresentado pela Sra. Ana Pereira Gonçalves, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 39.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Pereira



Gonçalves, residente em Reboreda, Salto, com o NIF 154 900 575, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165179564009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

25 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ARMINDA MARIA SANTOS GONÇALVES, RESIDENTE EM MORGADE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 128/2015, despoletado pelo requerimento n.º 702/2015, apresentado pela Sra. Arminda Maria Santos Gonçalves, no dia 13 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 40.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Arminda maria Santos Gonçalves, residente em Morgade, com o NIF 221 292 829, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315309492011, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

26 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ROSA DIAS COSTA, RESIDENTE EM VICENTE, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 130/2015, despoletado pelo requerimento n.º 705/2015, apresentado pela Sra. Rosa Dias Costa, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 41.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Rosa Dias Costa, residente em São Vicente, com o NIF 165 057 734, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2285347980011, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

27 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM RUA RODRIGUES, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 16 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 118/2015, despoletado pelo requerimento n.º 691/2015, apresentado pelo Sr. Joaquim Rua Rodrigues, no dia 12 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 42.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Joaquim Rua Rodrigues, residente em Peirezes, Chã, com o NIF 133 186 202, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315364742007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

28 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. BELMIRO GONÇALVES MIRANDA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DA VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 122/2015, despoletado pelo requerimento n.º 696/2015, apresentado pelo Sr. Belmiro Gonçalves Miranda, no dia 13 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da

Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 43. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Belmiro Gonçalves Miranda, residente em Vila da Ponte, com o NIF 105 653 654, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195277585003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

29 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM MARTINS MAGRO, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 16 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 121/2015, despoletado pelo requerimento n.º 695/2015, apresentado pelo Sr. Joaquim Martins Mago, no dia 13 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 44. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Joaquim Martins Mago, residente em Paradela, com o NIF 205 795 382, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195313859007/2195313859008/2195313639013, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

30 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL MIGUEL GONÇALVES MACHADO, RESIDENTE EM REBORDELO, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 16 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 123/2015, despoletado pelo requerimento n.º 697/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Miguel Gonçalves Machado, no dia 13 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 45.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Miguel Gonçalves Machado, residente em Rebordelo, com o NIF 209 554 398, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355301958019, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

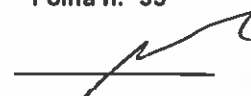
31 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ ALBERTO CRUZ SURREIRA, RESIDENTE EM CODEÇOSO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEIXEDO E PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 16 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 125/2015, despoletado pelo requerimento n.º 699/2015, apresentado pelo Sr. José Alberto Cruz Surreira, no dia 13 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 46.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Alberto Cruz Surreira, residente em Codeçoso, com o NIF 194 950 409, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325382897002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

32 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS GONÇALVES PIRES, RESIDENTE EM CELA, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 126/2015, despoletado pelo requerimento n.º 700/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Gonçalves Pires, no dia 13 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 47.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Gonçalves Pires, residente em Cela, com o NIF 205 195 539, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2135330634011, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

33 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO ABEL GONÇALVES PEIREZO, RESIDENTE EM MORGADE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 127/2015, despoletado pelo requerimento n.º 701/2015, apresentado pelo Sr. Fernando Abel Gonçalves Peirezo, no dia 13 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 48.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Fernando Abel Gonçalves Peirezo, residente em Morgade, com o NIF 223 544 779, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315318654001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



34 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL RUA LUCAS, RESIDENTE EM CERVOS, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 131/2015, despoletado pelo requerimento n.º 706/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Rua Lucas, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 49.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

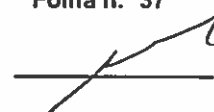
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Rua Lucas, residente em Arcos, com o NIF 174576099, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2385322147002/2385322147025/2385322147003/2385322147026, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

35 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO BATISTA COSTA FECHEIRA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 133/2015, despoletado pelo requerimento n.º 708/2015, apresentado pelo Sr. João Batista Costa Fecheira, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 50.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Batista Costa



Fecheira, residente em Vila da Ponte, com o NIF 127 844 856, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195278882010, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

36 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ADÃO MAGALHÃES FERNANDES, RESIDENTE EM REBORDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 135/2015, despoletado pelo requerimento n.º 711/2015, apresentado pelo Sr. Adão Magalhães Fernandes, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 51.* _____

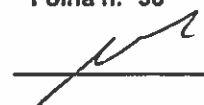
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Adão Magalhães Fernandes, residente em Reboreda, com o NIF 217 135 668, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165179564001/2175172968009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

37 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL RODRIGUES FERREIRA, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 138/2015, despoletado pelo requerimento n.º 714/2015, apresentado pelo Sr. José Manuel Rodrigues Ferreira, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 52.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Manuel Rodrigues Ferreira, residente em Peirezes, com o NIF 188 173 099, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315362056019, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

38 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. IRENE LUZ RIBAS FERREIRA, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

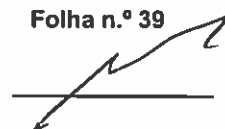
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 139/2015, despoletado pelo requerimento n.º 715/2015, apresentado pela Sra. Irene Luz Ribas Ferreira, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 53.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Irene Luz Ribas Ferreira, residente em Peirezes, com o NIF 191 233 064, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315362056019, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

39 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALZARINO GONÇALVES RESIDENTE EM BARRAÇÃO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 141/2015, despoletado pelo requerimento n.º 718/2015, apresentado pelo Sr. Alzarino Gonçalves, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 54.* _____



Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Alzarino Gonçalves, residente em Barracão, com o NIF 154 853 550, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º2355332607007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

40 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. PAULO JORGE FERNANDES GONÇALVES, RESIDENTE EM VIDOIEIRO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

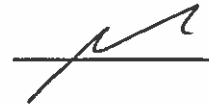
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 17 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 141/2015, despoletado pelo requerimento n.º 718/2015, apresentado pelo Sr. Paulo Jorge Fernandes Gonçalves, no dia 16 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 55.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 18 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Paulo Jorge Fernandes Gonçalves, residente em Videeiro, com o NIF 204 644 003, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º2365334481006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

41 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO SILVA ARAÚJO, RESIDENTE EM VILAR DE PERDIZES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR DE PERDIZES E MEIXIDE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 144/2015, despoletado pelo requerimento n.º 721/2015, apresentado pelo Sr. João Silva Araújo, no dia 17 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs



81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 56. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Silva Araújo, residente em Vilar de Perdizes, com o NIF 181 604 051, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2415439256001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

42 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ARMINDO LOPES CARVALHO, RESIDENTE EM CURRAIS, FREGUESIA DE REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

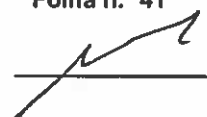
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 145/2015, despoletado pelo requerimento n.º 722/2015, apresentado pelo Sr. Armindo Lopes Carvalho, no dia 17 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 57. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Armindo Lopes Carvalho, residente em Currais, com o NIF 156 921 642, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155267668035, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

43 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANDRÉ PINTO PEREIRA, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 146/2015, despoletado pelo requerimento n.º 723/2015, apresentado pelo Sr. André Pinto Pereira, no dia 17 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 58.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. André Pinto Pereira, residente em Peirezes, com o NIF 177 058 498, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315361493009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

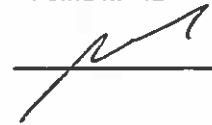
44 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO BARROSO DIAS, RESIDENTE EM TORGUEDA, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 147/2015, despoletado pelo requerimento n.º 724/2015, apresentado pelo Sr. João Barroso Dias, no dia 17 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 59.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Barroso Dias, residente em Torgueda, com o NIF 177 060 980, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2285351219002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

45 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ROSA CARVALHO, VELOSO, RESIDENTE EM SEZELHE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 148/2015, despoletado pelo requerimento n.º 725/2015, apresentado pela Sra. Rosa Carvalho Veloso Gonçalves, no dia 17 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 60.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

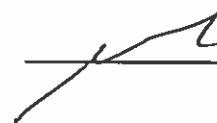
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Rosa Carvalho Veloso Gonçalves, residente em Paradela, com o NIF 194 950 417, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2215385210018, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

46 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA DULCE SILVA MARTINS BRANCO, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 152/2015, despoletado pelo requerimento n.º 730/2015, apresentado pela Sra. Maria Dulce Silva Martins Branco, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 61.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Dulce Silva Martins Branco, residente em Vila da Ponte, com o NIF 223 339 610, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195287621004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



47 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MÁRIO SOUSA BERMUDES, RESIDENTE EM SANTO ANDRÉ, FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 154/2015, despoletado pelo requerimento n.º 732/2015, apresentado pelo Sr. Mário de Sousa Bermudes, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 62.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

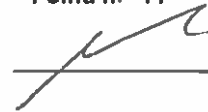
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Mário de Sousa Bermudes, residente em Santo André, com o NIF 195 870 301, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2385439550002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

48 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL BARROSO PEREIRA LAMA, RESIDENTE EM PENEDONES, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 155/2015, despoletado pelo requerimento n.º 733/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Barroso Pereira Lama, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 63.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Barroso Pereira Lama, residente em Penedones, com o NIF 118 574 965, identificado no sistema de



identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2275320783005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

49 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO JOSÉ PINTO VAZ, RESIDENTE EM FÍRVIDAS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 156/2015, despoletado pelo requerimento n.º 734/2015, apresentado pelo Sr. António José Pinto Vaz, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 64.* _____

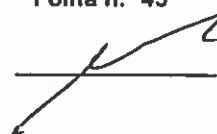
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António José Pinto Vaz, residente em Firvidas, com o NIF 212 037 250, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2345358798006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

50 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA MARIA GONÇALVES RODRIGUES ANTUNES, RESIDENTE EM SABUZEDO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 157/2015, despoletado pelo requerimento n.º 735/2015, apresentado pela Sra. Ana Maria Gonçalves Rodrigues Antunes, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 65.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Maria Gonçalves Rodrigues Antunes, residente em Sabuzedo, com o NIF 182 716 465, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2245419766001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

51 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA JOAQUINA PIRES GONÇALVES, RESIDENTE EM SABUZEDO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

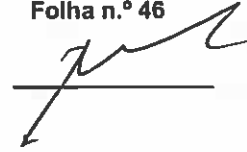
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 158/2015, despoletado pelo requerimento n.º 736/2015, apresentado pela Sra. Ana Joaquina Pires Gonçalves, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 66.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Joaquina Pires Gonçalves, residente em Sabuzedo, com o NIF 176 981 900, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2255410978037, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

52 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. ANA MARIA GONÇALVES PIRES, RESIDENTE EM SABUZEDO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 159/2015, despoletado pelo requerimento n.º 737/2015, apresentado pela Sra. Ana maria Gonçalves Pires, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria



n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 67. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana maria Gonçalves Pires, residente em Sabzedo, com o NIF 213 232 286, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2255413591001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

53 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO MIGUEL BRANCO PIRES, RESIDENTE EM CAMBESES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMBESES, DONÕES, E MOURILHE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

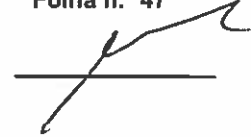
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 160/2015, despoletado pelo requerimento n.º 738/2015, apresentado pelo Sr. João Miguel Branco Pires, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 68. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Miguel Branco Pires, residente em Cambezes, com o NIF 228 515 998, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2245374435008, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

54 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL PAQUETE LUCAS, RESIDENTE EM SANTO ANDRÉ, FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 161/2015, despoletado pelo requerimento n.º 739/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Paquete Lucas, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 69.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Paquete Lucas, residente em Santo André, com o NIF 176 022 520, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2385439168010, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

55 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO MORAIS DA COSTA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTALEGRE E PADROSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 162/2015, despoletado pelo requerimento n.º 742/2015, apresentado pelo Sr. António Morais da Costa, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 70.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Morais da Costa, residente em Montalegre, com o NIF 103 906 010, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295401444010, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

56 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOSÉ GONÇALVES RIBAS, RESIDENTE EM S.LOURENÇO FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 165/2015, despoletado pelo requerimento n.º 745/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Gonçalves Ribas, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 71.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

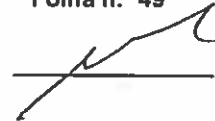
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Gonçalves Ribas, residente em Cabril, com o NIF 210 533 854, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2095266289001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

57 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. SÓNIA MARIA GONÇALVES PEREIRA RESIDENTE EM LODEIRO D’ ARQUE, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 167/2015, despoletado pelo requerimento n.º 747/2015, apresentado pela Sra. Sónia Maria Gonçalves Pereira, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 72.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Sónia Maria Gonçalves Pereira, residente em Lodeiro Darque, com o NIF 202 579 409, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 9033603170626, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



58 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO AFONSO COSTA RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 19 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 168/2015, despoletado pelo requerimento n.º 748/2015, apresentado pelo Sr. João Afonso Costa, no dia 18 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 73.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

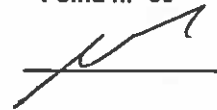
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Afonso Costa, residente em Vila da Ponte, com o NIF 159 552 265, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º2195277585005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

59 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO LIMA GONÇALVES AFONSO, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 169/2015, despoletado pelo requerimento n.º 750/2015, apresentado pelo Sr. João Lima Gonçalves Afonso, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 74.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Lima



Gonçalves Afonso, residente em Fervidelas, com o NIF 276 556 360, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195313859005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

60 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA ERMELINDA RIBEIRO VALDEGAS RESIDENTE EM ZEBRAL, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 171/2015, despoletado pelo requerimento n.º 752/2015, apresentado pela Sra. Maria Ermelinda Ribeiro Valdegas, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 75.* _____

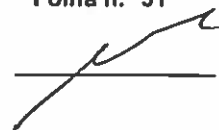
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Ermelinda Ribeiro Valdegas, residente em Zebral, com o NIF 217 835 180, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2375355676016, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

61 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. LUCINDA PEREIRA RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 172/2015, despoletado pelo requerimento n.º 753/2015, apresentado pela Sra. Lucinda Pereira, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 76.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Lucinda Pereira, residente em Vila da Ponte, com o NIF 132 011 557, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195277935003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

62 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ PAULO MOREIRA FERNANDES PEREIRA, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

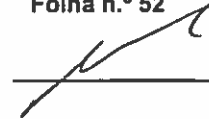
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 173/2015, despoletado pelo requerimento n.º 754/2015, apresentado pelo Sr. José Paulo Moreira Fernandes Pereira, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 77.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Paulo Moreira Fernandes Pereira, residente em Outeiro, com o NIF 208455493, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155359272010, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

63 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ JOÃO GONÇALVES, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 175/2015, despoletado pelo requerimento n.º 756/2015, apresentado pelo Sr. José João Gonçalves, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º



68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob doc. n.º 78. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José João Gonçalves, residente em Lamachã, com o NIF 200 769 464, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2305278135001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

64 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA EMÍLIA GONÇALVES SANTOS, RESIDENTE EM BEÇÓS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 178/2015, despoletado pelo requerimento n.º 759/2015, apresentado pela Sra. Maria Emília Gonçalves Santos, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob doc. n.º 79. _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Emília Gonçalves Santos, residente em Beços, Salto, com o NIF 191 449 121, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2185141025002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

65 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARTA SUZANA CORREIA PEREIRA, RESIDENTE EM AMIAR, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 177/2015, despoletado pelo requerimento n.º 758/2015, apresentado pela Sra.

Marta Suzana Correia Pereira, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob doc. n.º 80.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Marta Suzana Correia Pereira, residente em Amiar, Salto, com o NIF 224 652 117, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165224315004/2165226512002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

66 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SRA. MARIA AURÍZIA ANTUNES LOPES, RESIDENTE NA, RUA BENTO GONÇALVES, EM MONTALEGRE DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

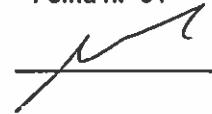
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 179/2015, despoletado pelo requerimento n.º 760/2015, apresentado pela Sra. Maria Aurísia Antunes Lopes, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documento relativo a esta ata sob doc. n.º 81.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Aurísia Antunes Lopes, residente em Montalegre, com o NIF 195 870 476, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 229540729300, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

67 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FRANCISCO AGOSTINHO FERNANDES, RESIDENTE EM BEÇÓS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime



Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 181/2015, despoletado pelo requerimento n.º 761/2015, apresentado pelo Sr. Francisco Agostinho Fernandes, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 82.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Francisco Agostinho Fernandes, residente em Beços, Salto, com o NIF 170 660 117, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2185142540004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

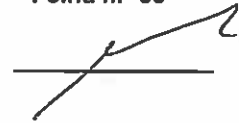
68 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL CORREIA TEIXEIRA, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 182/2015, despoletado pelo requerimento n.º 762/2015, apresentado pelo Sr. Carlos Manuel Correia Teixeira, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 83.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Carlos Manuel Correia Teixeira, residente em Amial, com o NIF 246 129 760, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2145169395003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

69 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA GRAÇA MOREIRA SANTOS PEREIRA RESIDENTE EM CRIANDE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 184/2015, despoletado pelo requerimento n.º 764/2015, apresentado pela Sra. Maria Graça Moreira Santos Pereira, no dia 19 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 84.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 23 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

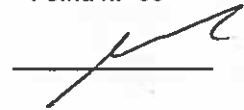
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria da Graça Moreira Santos Pereira, residente em Morgade, com o NIF 132 017 750, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315335350001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

70 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JUDITE BARROSO FERNANDES PEREIRA RESIDENTE EM VENDA NOVA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA NOVA E PONDRAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 187/2015, despoletado pelo requerimento n.º 768/2015, apresentado pela Sra. Maria Judite Barroso Fernandes Pereira, no dia 20 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 85.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Judite Barroso Fernandes Pereira, residente em Venda Nova, com o NIF 193 001 640, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2145224083001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



71 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DE FÁTIMA ALVES MOURA MENDES, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 190/2015, despoletado pelo requerimento n.º 771/2015, apresentado pela Sra. Maria Fátima Alves Moura Mendes, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 86.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

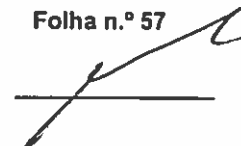
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Fátima Alves Moura Mendes, residente em Medeiros, Chã com o NIF 178 050 881, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295362735004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

72 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA FERREIRA FERNANDES RESIDENTE, EM AMIAR, FREGUESIA DA SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 186/2015, despoletado pelo requerimento n.º 767/2015, apresentado pela Sra. Ana Ferreira Fernandes, no dia 20 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 87.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Ferreira Fernandes, residente em Amiar, com o NIF 190 905 263, identificado no sistema de identificação



parcelar (SIP), sob o n.º 2165226167009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

73 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA NASCIMENTO CADIME PEREIRA, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA DA NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 193/2015, despoletado pelo requerimento n.º 775/2015, apresentado pela Sra. Maria nascimento Cadime Pereira, no dia 20 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 88.* _____

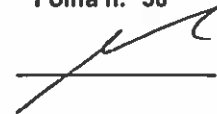
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Nascimento Cadime Pereira, residente em Lamachã, com o NIF 223 054 712, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2305270667007/2305273351005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

74 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LUÍSA JORGE RUA, RESIDENTE EM CODEÇOSO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEIXEDO E PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 217/2015, despoletado pelo requerimento n.º 801/2015, apresentado pela Sra. Maria Luisa Jorge Rua, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 89.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Luisa Jorge Rua, residente em Codeçoso, com o NIF 103 905 871, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º2325380093001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

75 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ARMINDA COSTA RESIDENTE EM ZEBRAL, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

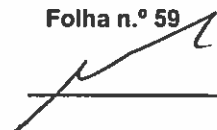
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 230/2015, despoletado pelo requerimento n.º 816/2015, apresentado pela Sra. Arminda Costa, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 90.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Arminda Costa, residente em Zebral, com o NIF 141 101 482, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2375354555002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

76 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ROSA CANTO COSTA RESIDENTE, EM MORGADE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 229/2015, despoletado pelo requerimento n.º 815/2015, apresentado pela Sra. Maria Rosa Canto Costa, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 91.* _____



Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Rosa Canto Costa, residente em Morgade, com o NIF 179 745 700, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325310736020, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

77 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. FÁTIMA ADRIANA ALVES MARTINS, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

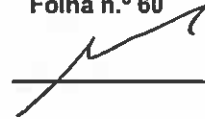
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 224/2015, despoletado pelo requerimento n.º 811/2015, apresentado pela Sra. Fátima Adriana Alves Martins, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 92.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Fátima Adriana Alves Martins, residente em Vila da ponte, com o NIF 236 253 069, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195287960001/2195277585002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

78 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ALBERTINA RODRIGUES MIGUEL CACHANDOLA, RESIDENTE, EM PITÕES DAS JÚNIAS, FREGUESIA DE PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 220/2015, despoletado pelo requerimento n.º 805/2015, apresentado pela Sra. Albertina Rodrigues Miguel Cachandola, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do



disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 93.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Albertina Rodrigues Miguel Cachandola, residente em Pitões das Júnias, com o NIF 177 530 367, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155412144012, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

79 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JÚLIA FERNANDES GARCIA CALHENO RESIDENTE, NA VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 255/2015, despoletado pelo requerimento n.º 841/2015, apresentado pela Sra. Maria Júlia Fernandes Garcia Calheno, no dia 26 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 94.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Júlia Fernandes Garcia Calheno, residente em Vila da Ponte, com o NIF 103 644 245, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195275726030, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

80 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JOAQUINA DIAS COSTA, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime

Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 239/2015, despoletado pelo requerimento n.º 825/2015, apresentado pela Sra. Maria Joaquina Dias Costa, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 95.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Joaquina Dias Costa, residente em Medeiros, com o NIF 181 604 230, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165226167009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

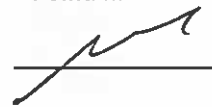
81 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ISABEL MARIA LOPES COSQUETE, RESIDENTE EM CERVOS, FREGUESIA DA CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 235/2015, despoletado pelo requerimento n.º 820/2015, apresentado pela Sra. Isabel Maria Lopes Cosquete, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 96.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Isabel Maria Lopes Cosquete, residente em Cervos, com o NIF 219 968 853, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2375297198004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

82 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES AFONSO, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E



FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 232/2015, despoletado pelo requerimento n.º 818/2015, apresentado pela Sra. Maria fatima Rodrigues Afonso, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 97.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

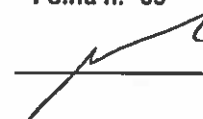
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Fátima Rodrigues Afonso, residente em Fervidelas, com o NIF 105 496 502, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195312467001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

83 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA CATARINA PEREIRA BARROSO, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 246/2015, despoletado pelo requerimento n.º 832/2015, apresentado pela Sra. Ana Catarina Pereira Barroso, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 98.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Catarina Pereira Barroso, residente em Póvoa, Salto, com o NIF 253 990 041, identificado no sistema de



identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165163840037, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

84 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA MARIA GONÇALVES CARVALHO FERREIRA, RESIDENTE EM CELA, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 259/2015, despoletado pelo requerimento n.º 846/2015, apresentado pela Sra. Ana Maria Gonçalves Carvalho Ferreira, no dia 26 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 99.* _____

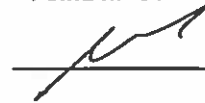
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Maria Gonçalves Carvalho Ferreira, residente em Cela, com o NIF 201 907 089, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2135322197001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

85 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CELESTE AFONSO DIAS GOMES, RESIDENTE EM TORGUEDA, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 260/2015, despoletado pelo requerimento n.º 847/2015, apresentado pela Sra. Celeste Afonso Dias Gores, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 100.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Celeste Afonso Dias Gores, residente em Torgueda, com o NIF 176 022 775, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2285351219001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

86 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ISABEL PIRES FERNANDES, RESIDENTE EM VILARINHO DE ARCOS, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

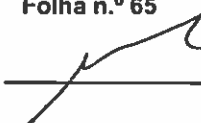
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 257/2015, despoletado pelo requerimento n.º 843/2015, apresentado pela Sra. Maria Isabel Pires Fernandes, no dia 26 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 101.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Isabel Pires Fernandes, residente em Vilarinho de Arcos, com o NIF 180 181 696, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2365328738005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

87 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SR. DOMINGOS MARTINS SANTOS, RESIDENTE EM VILARINHO DE ARCOS, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 256/2015, despoletado pelo requerimento n.º 842/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Martins Santos, no dia 26 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da



Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 102. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Martins Santos, residente em Vilarinho de Arcos, com o NIF 157 440 575, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2365323767001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

88 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SR. DOMINGOS MANUEL PEREIRA CAPELA, RESIDENTE EM CANIÇÓ, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

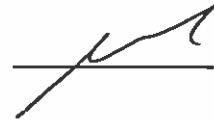
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 247/2015, despoletado pelo requerimento n.º 833/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Manuel Pereira Capela, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 103. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Manuel Pereira Capela, residente em Caniçó, com o NIF 166 151 912, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2125198699007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

89 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SR. ABEL SÉRGIO COSTA VERDE, RESIDENTE EM CONTIM, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PARADELA FIÃES E CONTIM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 27 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 251/2015, despoletado pelo requerimento n.º 837/2015, apresentado pelo Sr. Abel Sérgio Costa Verde, no dia 26 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 104.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Abel Sérgio Costa Verde, residente em Contim, com o NIF 197 530 770, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2205363209002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

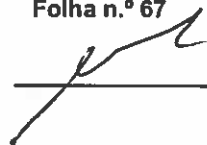
90 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO VAZ MOUTINHO, RESIDENTE EM ZEBRAL, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 234/2015, despoletado pelo requerimento n.º 819/2015, apresentado pelo Sr. Fernando Vaz Moutinho, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 105.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Fernando Vaz Moutinho, residente em Zebreal, com o NIF 131 928 260, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2375353567003/2375350480010, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

91 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM CARVALHO BABO, RESIDENTE EM CORTIÇO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 237/2015, despoletado pelo requerimento n.º 823/2015, apresentado pelo Sr. Joaquim Carvalho Babo, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 106. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

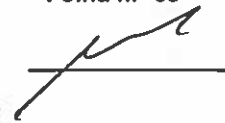
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Joaquim Carvalho Babo, residente em Cortiço, com o NIF 158 153 480, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2365343313900, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

92 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ACÁCIO AFONSO MOURA, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 238/2015, despoletado pelo requerimento n.º 824/2015, apresentado pelo Sr. Acácio Afonso Moura, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 107. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Acácio Afonso Moura, residente em Medeiros, com o NIF 126 245 142, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295361144004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



93 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. AUGUSTO PEREIRA, RESIDENTE EM TELHADO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 221/2015, despoletado pelo requerimento n.º 806/2015, apresentado pelo Sr. Augusto Pereira, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 108.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Augusto Pereira, residente em Telhado, com o NIF 129 944 874, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235263987019, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP).

94 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. AURÉLIO FELIZ GONÇALVES MARTINS MAGALHÃES, RESIDENTE EM GRALHÓS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11).

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 222/2015, despoletado pelo requerimento n.º 808/2015, apresentado pelo Sr. Aurélio Feliz Gonçalves Martins Magalhães, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata a forma de sob doc. n.º 109.*

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse

público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Aurélio Feliz Gonçalves Martins Magalhães, residente em Gralhós, com o NIF 158 089 588, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325357235002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

95 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO SANTOS SOUTO, RESIDENTE EM CERVOS, FREGUESIA DA CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 225/2015, despoletado pelo requerimento n.º 809/2015, apresentado pelo Sr. António Santos Souto, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 110.* _____

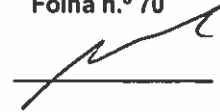
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Santos Souto, residente em Cervos, com o NIF 155 599 364, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2375306436001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

96 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL CABELEIRA COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 227/2015, despoletado pelo requerimento n.º 813/2015, apresentado pelo Sr. Carlos Manuel Cabeleira Costa, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 111.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Carlos Manuel Cabeleira Costa, residente em Aldeia Nova, com o NIF 204 343 569, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315341603001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

97 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SILVESTRE DIAS TEIXEIRA, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DA SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

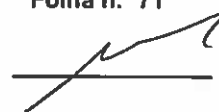
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 195/2015, despoletado pelo requerimento n.º 777/2015, apresentado pelo Sr. Silvestre Dias Teixeira, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob doc. n.º 112.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Silvestre Dias Teixeira, residente em Antigo de Sarraquinhos, com o NIF 176 022 864, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2395346061003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

98 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES RAMOS BRANCO, RESIDENTE EM COVELÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 215/2015, despoletado pelo requerimento n.º 799/2015, apresentado pelo Sr. José Manuel Gonçalves Ramos Branco, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da



Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 113. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Manuel Gonçalves Ramos Costa, residente em Covelães, com o NIF 188 172 939, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195363789001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

99 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. VÍTOR MANUEL BARROSO GONÇALVES PEREIRA, RESIDENTE EM TELHADO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

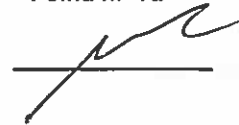
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 218/2015, despoletado pelo requerimento n.º 803/2015, apresentado pelo Sr. Vítor Manuel Barroso Gonçalves Pereira, no dia 24 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 114. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Vítor Manuel Barroso Gonçalves Pereira, residente em Telhado, com o NIF 190 816 740, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235274816014, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

100 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MÁRIO GONÇALVES SERRA, RESIDENTE EM TRAVASSOS DO RIO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 26 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de



certidões n.º 236/2015, despoletado pelo requerimento n.º 821/2015, apresentado pelo Sr. José Mário Gonçalves Serra, no dia 25 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 115.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Mário Gonçalves Serra, residente em Travassos do Rio, com o NIF 180 181 637, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2205373776001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

101 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. NUNO FILIPE PINTO VALENÇA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DA VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 213/2015, despoletado pelo requerimento n.º 797/2015, apresentado pelo Sr. Nuno Filipe Pinto Valença, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 116.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Nuno Filipe Pinto Valença, residente em Vila da Ponte, com o NIF 215 087 623, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195271295001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

102 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JORGE PINTO MENDES, RESIDENTE EM PEIREZES, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 207/2015, despoletado pelo requerimento n.º 791/2015, apresentado pelo Sr. Jorge Pinto Mendes, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 117.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

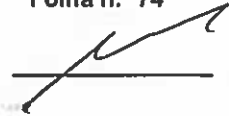
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Jorge Pinto Mendes, residente em Peirezes, com o NIF 183 130 049, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315361493007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

103 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA MANUELA CABELEIRA COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 25 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 208/2015, despoletado pelo requerimento n.º 792/2015, apresentado pela Sra. Maria Manuela Cabeleira Costa, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 118.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Manuela Cabeleira Costa, residente em Aldeia Nova, com o NIF 211 719 269, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325383784004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



104 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JORGE GONÇALVES PEREIRA, RESIDENTE EM TABUADELA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 209/2015, despoletado pelo requerimento n.º 793/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Jorge Gonçalves Pereira, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 119.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

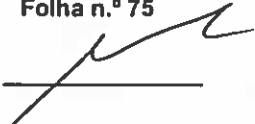
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Jorge Gonçalves Pereira, residente em Tabuada, com o NIF 203 825 489, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195174744008/2185178263029, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

105 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ANTÓNIA PEREIRA ALVES, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, FREGUESIA DE VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 210/2015, despoletado pelo requerimento n.º 794/2015, apresentado pela Sra. Maria Antónia Pereira Alves, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 120.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Antónia



Pereira Alves, residente em Vila da Ponte, com o NIF 158 152 735, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195287621003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

106 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA DA GLÓRIA RODRIGUES ALVES CASTRO, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 197/2015, despoletado pelo requerimento n.º 779/2015, apresentado pela Sra. Maria Gloria Rodrigues Alves Castro, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 121.* _____


Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Glória Rodrigues Alves Castro, residente em Outeiro, com o NIF 105 655 147, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155359272011, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

107 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FILIPE JOSÉ RUA MOURA, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 199/2015, despoletado pelo requerimento n.º 781/2015, apresentado pelo Sr. Filipe José Rua Moura, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 122.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Filipe José Rua Moura, residente em Antigo de Sarraquinhos, com o NIF 244 929 092, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2395344537024/2395344537022/2395344537025, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

108 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA LURDES MENDES RAFAEL DIAS, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 212/2015, despoletado pelo requerimento n.º 795/2015, apresentado pela Sra. Maria Lurdes Mendes Rafael Dias, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 123.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Lurdes Mendes Rafael Dias, residente em Antigo de Sarraquinhos, com o NIF 221 598 421, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2395340227001/2395346219001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

109 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS MARTINS GONÇALVES, RESIDENTE EM PINCÃES, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 200/2015, despoletado pelo requerimento n.º 782/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Martins Gonçalves, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos

Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 124. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Martins Gonçalves, residente em Pincães, com o NIF 176 112 774, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2065265180006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

110 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES PINTO, RESIDENTE EM SARRAQUINHOS, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 201/2015, despoletado pelo requerimento n.º 783/2015, apresentado pelo Sr. José Manuel Gonçalves Pinto, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 125. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Manuel Gonçalves Pinto, residente em Sarraquinhos, com o NIF 132 227 479, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2395360275008, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

111 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SEBASTIÃO DOMINGOS MORAIS COSTA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime



Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 202/2015, despoletado pelo requerimento n.º 784/2015, apresentado pelo Sr. Sebastião Domingos Morais Costa, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 126.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Sebastião Domingos Morais Costa, residente em Montalegre, com o NIF 158 152 999, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295401444009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

112 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JESUS PEREIRA, RESIDENTE EM BRANDIM, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 203/2015, despoletado pelo requerimento n.º 785/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Jesus Pereira, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 127.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Jesus Pereira, residente em Brandim, com o NIF 219 842 338, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2205320905001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

113 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. HORÁCIO MORGADINHO NOBRE, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 227/2015, despoletado pelo requerimento n.º 813/2015, apresentado pelo Sr. Horácio Morgadinho Nobre, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 128.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Horácio Morgadinho Nobre, residente em Aldeia Nova, com o NIF 134 415 264, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315343949004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

114 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ROSA GOMES COSTA MOURA, RESIDENTE EM MEDEIROS, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 24 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 211/2015, despoletado pelo requerimento n.º 796/2015, apresentado pela Sra. Maria Rosa Gomes Costa Moura, no dia 23 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 129.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 27 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Rosa Gomes Costa Moura, residente em Medeiros, com o NIF 176 100 350, identificado no sistema de



identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2293361144005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

115 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. LUCINDA GONÇALVES ALVES, RESIDENTE EM SANTO ANDRÉ, FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 23 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 191/2015, despoletado pelo requerimento n.º 773/2015, apresentado pela Sra. Lucinda Gonçalves Costa, no dia 20 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 130.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 01 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Lucinda Gonçalves Alves, residente em Santo André, com o NIF 195 779 096, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2385447001019, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

116 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO RICARDO FREITAS RIBEIRO, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 269/2015, despoletado pelo requerimento n.º 857/2015, apresentado pelo Sr. António Ricardo Freitas Ribeiro, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 131.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse

público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Ricardo Freitas Ribeiro, residente em Póvoa, Salto, com o NIF 226 591 972, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165163111003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

117 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SÉRGIO MANUEL CURRALEJO GONÇALVES, RESIDENTE EM FERVIDELAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

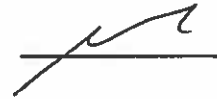
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 267/2015, despoletado pelo requerimento n.º 854/2015, apresentado pelo Sr. Sérgio Manuel Curralejo Gonçalves, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 132.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Sérgio Manuel Curralejo Gonçalves, residente em Fervidelas, com o NIF 232 411 557, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195315556008/2195313859012/2195313858014, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

118 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ MOURA GONÇALVES CIMADEIRA, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 270/2015, despoletado pelo requerimento n.º 858/2015, apresentado pelo Sr. José Moura Gonçalves Cimadeira, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 133.* _____



Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Moura Gonçalves Cimadeira, residente em Montalegre, com o NIF 205 568 149, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2225327192009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

119 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. BEATRIZ FRUTUOSO CARVALHO LOURENÇO, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 274/2015, despoletado pelo requerimento n.º 862/2015, apresentado pela Sra. Beatriz Frutuoso Carvalho Lourenço, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 134.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Beatriz Frutuoso Carvalho Lourenço, residente em Pitões das Júnias, com o NIF 170 661 857, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155410774012, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

120 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ILDA AFONSO BARROSO GUERRA, RESIDENTE EM PONDRAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA NOVA E PONDRAS DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 271/2015, despoletado pelo requerimento n.º 859/2015, apresentado pela Sra. Ilda Afonso Barroso Guerra, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-

Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 135.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ilda Afonso Barroso Guerra, residente em Ormeche, com o NIF 111 333 083, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2185255181005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

121 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOAQUIM PEDRO SANTOS ALVES, RESIDENTE EM MEIXIDE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR DE PERDIZES E MEIXIDE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

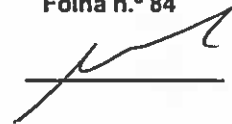
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 275/2015, despoletado pelo requerimento n.º 863/2015, apresentado pelo Sr. Joaquim Pedro Santos Alves, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 136.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Joaquim Pedro Santos Alves, residente em Meixide, com o NIF 187 750 700, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2445384531004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

122 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ RODRIGUES DIAS, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime



Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 273/2015, despoletado pelo requerimento n.º 861/2015, apresentado pelo Sr. José Rodrigues Dias, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 137.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Rodrigues Dias, residente em Castanheira, com o NIF 174 576 080, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2275341367009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

123 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ GONÇALVES LOUSA, RESIDENTE EM VIADE DE CIMA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 278/2015, despoletado pelo requerimento n.º 866/2015, apresentado pelo Sr. José Gonçalves Lousa, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 138.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Gonçalves Lousa, residente em Viade de Cima, com o NIF 192 181 564, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2225336510011, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

124 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ GABRIEL BARRETO GONÇALVES FECHAS, RESIDENTE EM BAGULHÃO, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A

PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 30 de novembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 277/2015, despoletado pelo requerimento n.º 865/2015, apresentado pelo Sr. Gabriel Barreta Gonçalves Fechas, no dia 27 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 139.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Gabriel Barreto Gonçalves Fechas, residente em Bagulhão, com o NIF 157 441 059, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2145157256003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

125 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ADÉLIA F. SOUSA ANTUNES, RESIDENTE EM FERRAL, FREGUESIA DE FERRAL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 280/2015, despoletado pelo requerimento n.º 869/2015, apresentado pela Sra. Maria Adélia Fidalgo Sousa Antunes, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 140.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 01 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Adélia Fidalgo Sousa Antunes, residente em Ferral, com o NIF 156 996 901, identificado no sistema de



identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2113250705019, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

126 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. JOAQUINA ALVES COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 289/2015, despoletado pelo requerimento n.º 878/2015, apresentado pela Sra. Joaquina Alves Costa, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 141.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 01 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

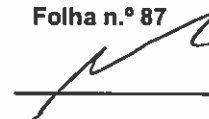
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Joaquina Alves Costa, residente em Aldeia Nova, com o NIF 195 870 336, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2305348713008, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

127 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JOSÉ RODRIGUES PACHECO, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 286/2015, despoletado pelo requerimento n.º 875/2015, apresentado pela Sra. Maria José Rodrigues Pacheco, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 142.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse



público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria José Rodrigues Pacheco, residente em Póvoa, Salto, com o NIF 176 276 343, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165167830066, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

128 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. CARLA ALEXANDRA FRUTUOSO PIRES LOPES, RESIDENTE EM TRAVASSOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 291/2015, despoletado pelo requerimento n.º 880/2015, apresentado pela Sra. Carla Alexandra Frutuoso Pires Lopes, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 143.* _____

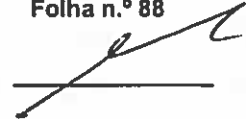
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Carla Alexandra Frutuoso Pires Lopes, residente em Travassos do Rio, com o NIF 212 295 390, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2205375386004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

129 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA MARGARIDA PACHECO PEREIRA, RESIDENTE EM PÓVOA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 285/2015, despoletado pelo requerimento n.º 874/2015, apresentado pela Sra. Ana Margarida Pacheco Pereira, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 144.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Margarida Pacheco Pereira, residente em Póvoa, Salto, com o NIF 222 393 530, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165167830065/216516783002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

130 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO AFONSO AZEVEDO, RESIDENTE EM LAMAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

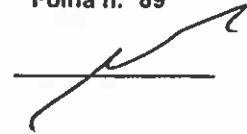
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 282/2015, despoletado pelo requerimento n.º 871/2015, apresentado pelo Sr. António Afonso Azevedo, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 145.* _____

Sobre essa informação foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Afonso Azevedo, residente em Lamas, com o NIF 194 950 395, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2185310548011/2185310548007/2185310548009, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

131 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO ORMECHE ALVES, RESIDENTE EM PADORNELOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEIXEDO E PADORNELOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 283/2015, despoletado pelo requerimento n.º 872/2015, apresentado pelo Sr. António Ormeche Alves, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria



n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 146. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Ormeche Alves, residente em Padornelos, com o NIF 177 058 978, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315434164001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

132 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO CASTRO RODRIGUES MARTINS, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

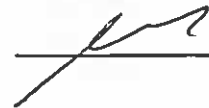
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 284/2015, despoletado pelo requerimento n.º 873/2015, apresentado pelo Sr. Fernando Castro Rodrigues Martins, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 147. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Fernando Castro Padornelos Martins, residente em Outeiro, com o NIF 162 963 750, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165360617002/2155357345046, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

133 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO AUGUSTO GONÇALVES ALVES, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 288/2015, despoletado pelo requerimento n.º 877/2015, apresentado pelo Sr. João



Augusto Gonçalves Alves, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 148.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Augusto Gonçalves Alves, residente em Montalegre, com o NIF 145 534 731, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2285399279007/2285409456005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

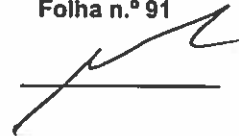
134 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JÚLIO ORMECHE GONÇALVES, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 290/2015, despoletado pelo requerimento n.º 879/2015, apresentado pelo Sr. Júlio Ormeche Gonçalves, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 149.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Júlio Ormeche Gonçalves, residente em Aldeia Nova, com o NIF 170 669 700, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2305348713006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

135 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALCÍLIO GONÇALVES SANTOS, RESIDENTE EM VILARINHO DE ARCOS, FREGUESIA DA CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 293/2015, despoletado pelo requerimento n.º 883/2015, apresentado pelo Sr. Alcílio Gonçalves Santos, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 150.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

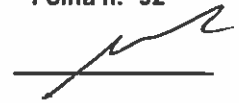
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Alcílio Gonçalves Santos, residente em Vilarinho de Arcos, com o NIF 139 646 779, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2365328738004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

136 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO PIRES DA CUNHA, RESIDENTE EM PITÕES DAS JÚNIAS, FREGUESIA DE PITÕES DAS JÚNIAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 295/2015, despoletado pelo requerimento n.º 885/2015, apresentado pelo Sr. António Pires Cunha, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 151.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Pires Cunha, residente em Montalegre, com o NIF 185 493 599, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155410775008, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



137 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JORGE TEIXEIRA DA CRUZ, RESIDENTE EM ANTIGO, FREGUESIA DE SARRAQUINHOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 296/2015, despoletado pelo requerimento n.º 886/2015, apresentado pelo Sr. Jorge Teixeira Cruz, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 152.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Jorge Teixeira Teixeira Cruz, residente em Antigo de Sarraquinhos, com o NIF 214 095 258, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2395344537020, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

138 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL RAMOS LOPES, RESIDENTE EM TRAVASSOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 301/2015, despoletado pelo requerimento n.º 894/2015, apresentado pelo Sr. Carlos Manuel Ramos Lopes, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 153.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Carlos Manuel

Ramos Lopes, residente em Travassos do Rio, com o NIF 207 116 989, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2205372863001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

139 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO GONÇALVES MIRANDA, RESIDENTE EM VILA DA PONTE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 300/2015, despoletado pelo requerimento n.º 893/2015, apresentado pelo Sr. António Gonçalves Miranda, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 154.* _____

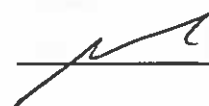
Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Gonçalves Miranda, residente em Aldeia Nova, com o NIF 175 861 498, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195278882022, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

140 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ROGÉRIO PEREIRA CUNHA, RESIDENTE EM CASTANHEIRA, FREGUESIA DA CHÃ DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 303/2015, despoletado pelo requerimento n.º 896/2015, apresentado pelo Sr. Rogério Pereira Cunha, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 155.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Rogério Pereira Cunha, residente em Castanheira, com o NIF 188 414 533, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2275341367006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

141 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MÁRCIO ABREU CARVALHO AZEVEDO, RESIDENTE S. LOURENÇO, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

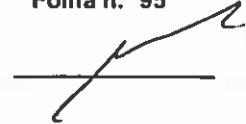
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 305/2015, despoletado pelo requerimento n.º 898/2015, apresentado pelo Sr. Márcio Abreu Carvalho Azevedo, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob doc. n.º 156.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Márcio Abreu Carvalho Azevedo, residente em São Lourenço, com o NIF 230 279 066, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2095264920001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

142 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. HÉLDER MANUEL MATOS FONSECA, RESIDENTE NA CORVA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 308/2015, despoletado pelo requerimento n.º 901/2015, apresentado pelo Sr. Hélder Manuel Matos Fonseca, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 157.* _____



Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Hélder Manuel Matos Fonseca, residente em Corva, com o NIF 215 772 199, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 214179795089, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

143 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL LAGE TIAGO, RESIDENTE EM PADROSO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTALEGRE E PADROSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

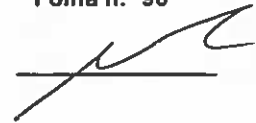
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 309/2015, despoletado pelo requerimento n.º 902/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Lage Tiago, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 158.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Alves Tiago, residente em Padroso, com o NIF 175 842 400, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2295431321003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

144 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA CONCEIÇÃO LUIS ALBELO GONÇALVES, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 306/2015, despoletado pelo requerimento n.º 899/2015, apresentado pela Sra. Maria Conceição Luis Albelo Gonçalves, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do



disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 159.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Conceição Luis Albelo Gonçalves, residente em Outeiro, com o NIF 141 033 843, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155354046004/2155354046006/2155354046005/2155354046003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

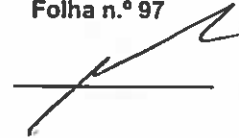
145 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ISABELINA MOUTINHO SEIXAS FERREIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA DE GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 304/2015, despoletado pelo requerimento n.º 897/2015, apresentado pela Sra. Isabelina Moutinho Seixas Ferreira, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 160.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Isabelina Moutinho Seixas Ferreira, residente em Gralhas, com o NIF 178 644 463, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355437028004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

146 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA MADALENA FERNANDES MARQUES, RESIDENTE EM TRAVASSOS, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 01 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 292/2015, despoletado pelo requerimento n.º 881/2015, apresentado pela Sra. Maria Madalena Fernandes Marques, no dia 30 de novembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 161.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 02 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

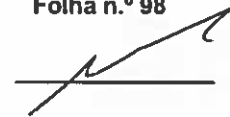
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Madalena Fernandes Marques, residente em Travassos da Chã, com o NIF 182 052 702, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2275339909003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

147 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA PIRES ESTEVES MOURÃO, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 311/2015, despoletado pelo requerimento n.º 905/2015, apresentado pela Sra. Maria Pires Esteves Mourão, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 162.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Pires Esteves Mourão, residente em Outeiro, com o NIF 138 605 572, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2155357345003/2155355740002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



148 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA INÊS FONTE BATISTA MADEIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 320/2015, despoletado pelo requerimento n.º 916/2015, apresentado pela Sra. Maria Inês Fonte Batista Madeira no dia 02 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 163.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Inês Fonte Batista Madeira, residente em Gralhas, com o NIF 191 470 899, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2344542924001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

149 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. SÓNIA MARGARIDA DOURADO FERNANDES, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 323/2015, despoletado pelo requerimento n.º 919/2015, apresentado pela Sra. Sónia Margarida Dourado Fernandes, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 164.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Sónia Margarida Dourado Fernandes, residente em Amial, com o NIF 225 898 675, identificado no sistema de

identificação parcelar (SIP), sob o n.º 22145169394007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

150 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA EMÍLIA PEREIRA FERNANDES, RESIDENTE EM REBORDA, FREGUESIA SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 324/2015, despoletado pelo requerimento n.º 920/2015, apresentado pela Sra. Maria Emilia Pereira Fernandes, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob doc. n.º 165.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

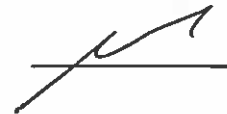
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Emilia Pereira Fernandes, residente em Reboreda, com o NIF 215 147 006, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2177172488007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

151 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. TERESA MARIA SILVA MARTINS, RESIDENTE EM LADRUGÃES, FREGUESIA REIGOSO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 327/2015, despoletado pelo requerimento n.º 923/2015, apresentado pela Sra. Teresa Maria Silva Martins, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 166.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse



público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Teresa Maria Silva Martins, residente em Ladrugães, com o NIF 179 354 647, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2175284527002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

152 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. FERNANDA MEDEIROS GONÇALVES BARROSO, RESIDENTE EM LAMACHÃ, FREGUESIA NEGRÕES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

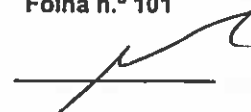
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 392/2015, despoletado pelo requerimento n.º 925/2015, apresentado pela Sra. Fernanda Medeiros Gonçalves Barroso, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 167.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Fernanda Medeiros Gonçalves Barroso, residente em Lamachã, com o NIF 189 663 235, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2305274732005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

153 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA ALZIRA VAZ FERREIRA, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 333/2015, despoletado pelo requerimento n.º 929/2015, apresentado pela Sra. Maria Alzira Vaz Ferreira, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 168.* _____



Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Alzira Vaz Ferreira, residente em Gralhas, com o NIF 132 227 932, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355428638001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

154 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. ANA GONÇALVES LOPES, RESIDENTE EM COVELÃES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEZELHE E COVELÃES, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

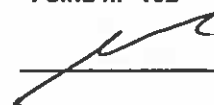
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 337/2015, despoletado pelo requerimento n.º 933/2015, apresentado pela Sra. Ana Gonçalves Lopes, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 169.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Ana Gonçalves Lopes, residente em Covelães, com o NIF 132 227 851, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195362900002 / 2195374230002, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

155 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELA SRA. MARIA JESUS GONÇALVES CARVALHO MENDES, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 340/2015, despoletado pelo requerimento n.º 936/2015, apresentado pela Sra. Maria Jesus Gonçalves Carvalho Mendes, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do



disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 170.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária da Sra. Maria Jesus Gonçalves Carvalho Lopes, residente em Amial, com o NIF 180 766 392, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2145164169021, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

156 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS MANUEL AMARO JORGE, RESIDENTE EM LINHARELHOS, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

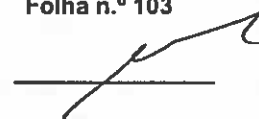
Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 342/2015, despoletado pelo requerimento n.º 938/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Manuel Amaro Jorge, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 171.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Manuel Amaro Jorge, residente em Linharelhos, com o NIF 209 159 286, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2115215308004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

157 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL JOSÉ CARVALHO FERNANDES, RESIDENTE EM AMIAL, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime



Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 341/2015, despoletado pelo requerimento n.º 937/2015, apresentado pelo Sr. Manuel José Carvalho Fernandes, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 172.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel José Carvalho Fernandes, residente em Amial, com o NIF 229 660 916, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2145164169006, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

158 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ELISEU MANUEL GONÇALVES MARTINS DIAS, RESIDENTE EM GRALHÓS, FREGUESIA DE CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 339/2015, despoletado pelo requerimento n.º 935/2015, apresentado pelo Sr. Eliseu Manuel Gonçalves Martins Dias, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 173.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Eliseu Manuel Gonçalves Martins Dias, residente em Gralhos, com o NIF 217 607 128, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325347997035, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



159 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. FERNANDO JOSÉ RUA JUSTO, RESIDENTE EM MONTALEGRE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 336/2015, despoletado pelo requerimento n.º 932/2015, apresentado pelo Sr. Fernando José Rua Justo, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 174.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Fernando José Rua Justo, residente em Montalegre, com o NIF 200 382 101, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2315348004001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

160 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. VIDAL FERREIRA JUSTO, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA DE GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 334/2015, despoletado pelo requerimento n.º 930/2015, apresentado pelo Sr. Vidal Ferreira Justo, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 175.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Vidal Ferreira Justo, residente em Gralhas, com o NIF 188 028 145, identificado no sistema de identificação

parcelar (SIP), sob o n.º 2355428792001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

161 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CARLOS ALVES VAZ, RESIDENTE EM TOURÉM, FREGUESIA DE TOURÉM, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 332/2015, despoletado pelo requerimento n.º 928/2015, apresentado pelo Sr. José Carlos Alves Vaz, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 176.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". _____

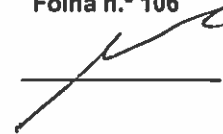
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Carlos Alves Vaz, residente em Tourem, com o NIF 203 019 350, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2195481932003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

162 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. MANUEL SEIXAS JUSTO, RESIDENTE EM GRALHAS, FREGUESIA DE GRALHAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 331/2015, despoletado pelo requerimento n.º 927/2015, apresentado pelo Sr. Manuel Seixas Justo, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 177.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: "À CM". _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse



público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Manuel Seixas Justo, residente em Gralhas, com o NIF 132 227 487, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355421456012, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

163 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOSÉ CARVALHO GONÇALVES, RESIDENTE EM REBOREDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 04 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 326/2015, despoletado pelo requerimento n.º 922/2015, apresentado pelo Sr. José Carvalho Gonçalves, no dia 03 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 178.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. José Carvalho Gonçalves, residente em Reboreda, com o NIF 174 714 319, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165179565018, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

164 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. SÉRGIO FERNANDO MOREIRA VIDES, RESIDENTE EM TORGUEDA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 03 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 321/2015, despoletado pelo requerimento n.º 917/2015, apresentado pelo Sr. Sérgio Fernando Moreira Vides, no dia 02 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 179.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Sérgio Fernando Moreira Vides, residente em Torgueda, com o NIF 209 549 645, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º2285351219021, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

165 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO MANUEL CABELEIRA COSTA, RESIDENTE EM ALDEIA NOVA, FREGUESIA DA CHÃ, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 03 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 319/2015, despoletado pelo requerimento n.º 914/2015, apresentado pelo Sr. António Manuel Cabeleira Costa, no dia 02 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 180.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Manuel Cabeleira Costa, residente em Aldeia Nova, com o NIF 190 817 119, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2305348713001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

166 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. CARLOS MANUEL AFONSO BARROSO, RESIDENTE EM ANTIGO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE DE BAIXO E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 03 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 318/2015, despoletado pelo requerimento n.º 913/2015, apresentado pelo Sr. Carlos Manuel Afonso Barroso, no dia 02 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da

Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 181. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Carlos Manuel Afonso Barroso, residente em Antigo de Viade, com o NIF 159 552 222, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235326254005, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

167 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ALFREDO FERNANDES ARAÚJO, RESIDENTE NO BARRACÃO, FREGUESIA DE CERVOS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 315/2015, despoletado pelo requerimento n.º 910/2015, apresentado pelo Sr. Alfredo Fernandes Araújo, no dia 02 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 182. _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. ____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Alfredo Fernandes Araújo, residente em Barracão, com o NIF 143 826 140, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2355330176001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

168 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. JOÃO GABRIEL FERNANDES DOURADO, RESIDENTE EM REBORDA, FREGUESIA DE SALTO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 314/2015, despoletado pelo requerimento n.º 909/2015, apresentado pelo Sr. João

Gabriel Fernandes Dourado, no dia 02 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 183.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. João Gabriel Fernandes Dourado, residente em Reboreda, com o NIF 248 784 188, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 217517454005 / 2165179565001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

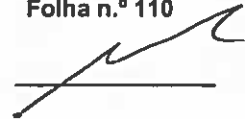
169 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANÍBAL JOSÉ SANTOS PAULO, RESIDENTE EM MEIXIDE, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR DE PERDIZES E MEIXIDE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 02 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 312/2015, despoletado pelo requerimento n.º 906/2015, apresentado pelo Sr. Aníbal José Santos Paulo, no dia 01 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 184.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Aníbal José Santos Paulo, residente em Meixide, com o NIF 196 991 927, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2445384511001, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

170 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS PINTO ALVES, RESIDENTE EM MORGADE, FREGUESIA DE MORGADE, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 07 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 349/2015, despoletado pelo requerimento n.º 945/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Pinto Alves, no dia 04 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 185.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, David José Varela Teixeira, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

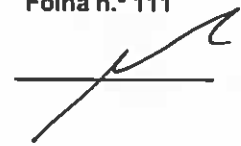
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Pinto Alves, residente em Morgade, com o NIF 179 856 618, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2325311290003, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

171 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. DOMINGOS PIRES MOURA, RESIDENTE EM OUTEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 07 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 348/2015, despoletado pelo requerimento n.º 944/2015, apresentado pelo Sr. Domingos Pires Moura, no dia 04 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 186.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, David José Varela Teixeira, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Domingos Pires Moura, residente em Outeiro, com o NIF 131 928 333, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2165350153013, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____



172 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. VENTURA AFONSO GONÇALVES, RESIDENTE EM LAMA DA MISSA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIADE DE BAIXO E FERVIDELAS, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 07 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 347/2015, despoletado pelo requerimento n.º 943/2015, apresentado pelo Sr. Ventura Afonso Gonçalves, no dia 04 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 187.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice Presidente da Câmara, David José Varela Teixeira, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

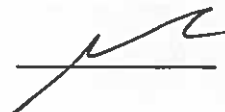
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. Ventura Afonso Gonçalves, residente em Lama da Missa, com o NIF 139 854 762, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2235281969007, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

173 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL FORMULADO PELO SR. ANTÓNIO TOMAZ ABREU CARVALHO AZEVEDO, RESIDENTE EM S.LOURENÇO, FREGUESIA DE CABRIL, DESTINADO A PERMITIR A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, (DEC. LEI Nº 165/2014, DE 5/11). _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, informação elaborada pelo técnico superior a exercer funções na Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. Jaime Lage Valdegas, datada de 7 de dezembro do ano em curso, no âmbito do processo de certidões n.º 346/2015, despoletado pelo requerimento n.º 942/2015, apresentado pelo Sr. António Tomaz Abreu Carvalho Azevedo, no dia 04 de dezembro de 2015, para efeitos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 81/2013 e 165/2014, de 14 de junho e 5 de novembro, respetivamente, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 188.* _____

Sobre essa informação, foi exarado despacho pelo Senhor Vice Presidente da Câmara, David José Varela Teixeira, datado de 09 de dezembro de 2015, com o seguinte teor: “À CM”. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica e, com base na mesma, propor ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do projeto/exploração agropecuária do Sr. António Tomaz



Abreu Carvalho Azevedo, residente em São Lourenço, com o NIF 195 526 716, identificado no sistema de identificação parcelar (SIP), sob o n.º 2095263993004, do Ministério da Agricultura e do Mar, para efeitos de registo de exercício da atividade pecuária (REAP). _____

4 – SERVIÇOS URBANOS

VI OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

VII FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

VIII GESTÃO AUTÁRQUICA

1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

174 – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 1/2015 / RELATÓRIO FINAL. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, relatório final, composto por vinte e quatro páginas pela respetiva instrutora, elaborado pela Dra. Maria Fernanda Dinis Moreira, Chefe da Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos (DUASU), no dia oito de outubro do ano em curso – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de doc. n.º 189.* _____

Sobre esse relatório foi exarado despacho, datado de seis de novembro de dois mil e quinze, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. David Teixeira, com o seguinte teor: " Visto. À reunião de Câmara". _____

O Senhor Presidente Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, invocou estar impedido de participar na discussão e votação desta assunto, em coerência com o entendimento assumido aquando do instauração do aludido procedimento disciplinar, tendo, por isso, saído da sala onde decorria a reunião. _____

Senhora Vereadora do PSD, Enf.ª Elsa Minhava manifestou a intenção de fazer uma declaração escrita para ata, tendo esta sido aconselhada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara a não o fazer, na medida em que essa posição poderia ser reveladora do sentido de voto. No entanto, perante a insistência desta autarca, consentiu que fosse lida, em voz alta, um documento escrito, com o seguinte teor integral: _____

«Como disse Jean Molière, "Não só somos responsáveis pelo que fazemos, mas também pelo que não fazemos." _____

E é por não queremos qualquer responsabilidade que não compactuaremos com este incentivo à violação dos deveres funcionais laborais, à indisciplina, à desobediência à falta de respeito pela hierarquia. _____

Um trabalhador que se ausenta do serviço para ir fazer uma intervenção cirúrgica pré-organizada, sabendo que desempenha funções que mais nenhum outra funcionário desempenha, que dela dependem os

processamentos de salários de vários trabalhadores e que, o faz, sem deixar as senhas de acesso do sistema (que só ele tem), para a introdução dos dados e instruções sobre o processamento, não atua com a boa-fé que lhe é exigida e viola o dever prossecução do interesse público, de zelo e de lealdade de forma grave. _____

E que, depois disso, regressa ao trabalho e fica melindrado porque o chefe dos serviços tentou resolver o problema que ele criou, pedindo outras senhas e tentando introduzir os dados necessários ao processamento dos salários dos docentes e, em consequência do melindre ainda acha que pode ir exigir satisfações ao chefe dos serviços, "falando-lhe alto" de tal forma que o diretor do agrupamento chamou as autoridades. Atuando assim, o trabalhador violou, no mínimo, o dever de correção. _____

Pois, como é facilmente compreendido por qualquer homem de mediana Inteligência, mediana formação e mediano conhecimento da vida, não é o superior hierárquico e os colegas do trabalhador que têm que suportar/desculpar a arrogância, o melindre, o tom de voz alto do trabalhador, antes, é o trabalhador que tem a obrigação de conhecer os seus deveres e saber o que significa um comportamento urbano e correto e adequar a sua atuação a esses deveres. _____

Resulta manifesta e notoriamente do texto que aqui nos trazem, a atitude de proteção, de desculpabilização de atos que, praticados dentro de uma escola, num serviço público, no local de trabalho não podem ser desculpados com o argumento de que "trata o chefe por tu"; que "fala habitualmente alto"; "estava incomodado por o chefe ter mudado das senhas de acesso". _____

Perante a gravidade dos factos apurados entendemos que a pena sugerida é uma quase não atuação, é de tal forma desadequada que viola a obrigação de a administração atuar com equidade. _____

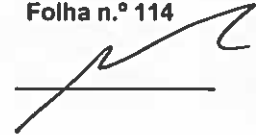
Por esse motivo propomos a pena de repreensão escrita, sem qualquer suspensão. _____

Lembro que foi aqui votado processo de inquérito que acusa 2 funcionários de discutirem em voz alta. A pena foi de repreensão escrita, sendo as duas sem antecedentes. Não haverá assi equidade.» _____

O referido relatório final, e, em particular, a proposta de aplicação de sanção disciplinar constante do mesmo foram ainda objeto de apreciação e discussão por parte dos outros membros presentes, os quais fizeram algumas considerações acerca da medida da pena e da respetiva fundamentação. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com um voto a favor e cinco contra, por escrutínio secreto, não aprovar a proposta de aplicação de pena disciplinar formulada pela respetiva instrutora. _____

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. David Teixeira, tendo em consideração o teor da discussão mantida pelos presentes quanto ao relatório final e respetiva proposta de aplicação de pena disciplinar e o sentido do voto expresso pelo órgão, determinou que este assunto fosse devolvido à instrutora do processo disciplinar no sentido de esclarecer/clarificar as seguintes questões: _____



a) A circunstância de o arguido ter sido recentemente condenado em pena de repreensão escrita, ou seja ser reincidente, não constituirá motivação legal bastante para que a pena disciplinar a aplicar seja efetivamente cumprida? _____

b) As conclusões expressas no relatório final, em particular a referida no ponto A.2, factos não provados, a folhas 15, não constituirão fundamento legal para propor o arquivamento do processo e a não aplicação de qualquer pena disciplinar? _____

Encerrada a discussão e votação sobre este assunto, deu entrada na sala onde decorria a reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, passando o mesmo a conduzir os trabalhos.

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

175 – RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foi presente, pelo Gabinete de Gestão Financeira (GGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, relação de pagamentos efetuados pela autarquia, no período compreendido entre os dias doze de novembro e nove de dezembro de dois mil e quinze, na importância global ilíquida de € 1.625.858,43 (um milhão seiscentos e vinte cinco mil oitocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e três cêntimos) – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 190. _____

Quanto a este assunto, o Senhor Vereador do PSD, eleito nas listas da coligação “Unidos Por Montalegre”, Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, solicitou fotocópia simples das ordens de pagamento identificadas pelos n.ºs 340, 344, 3685, 3780, 3781, 3782, 3783, 3919, 3920, 3921, 3940, 4003, 4008, 4014, 4021 – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º 191, no maço de documentos relativos à presente ata. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

176 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 240/2015 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foi presente, pela tesoureira, para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 240, respeitante ao dia nove de dezembro de dois mil e quinze, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 2.183.249,44, sendo € 1.428.075,54 a título de dotações orçamentais, € 755.173,39, a título de operações não orçamentais – documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquia no maço de documentos relativos à presente ata, sob a forma de doc. n.º 192. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

177 – MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO FINANCEIRO DE 2015 (10.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA / 10.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS / 8.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS). _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, no dia dezassete de novembro do ano em curso, no uso da competência delegada pelo executivo municipal em sua reunião ordinária

realizada no dia vinte e três de outubro de dois mil e treze, consubstanciando a décima alteração ao orçamento da despesa e décima alteração ao plano de atividades municipais e oitava alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – *documentos cujo teor se dão aqui por integrados e reproduzidos e se arquivam no maço de documentos relativos à presente ata, sob a forma de docs. n.ºs 193, 194, 195 e 196, respetivamente.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento do teor integral do aludido despacho, bem como dos efeitos decorrentes do mesmo. _____

Ao Gabinete de Gestão Financeira para conhecimento. _____

178 – MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DO ANO FINANCEIRO DE 2015 (11.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA / 11.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS / 9.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS). _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, no dia três de dezembro do ano em curso, no uso da competência delegada pelo executivo municipal em sua reunião ordinária realizada no dia vinte e três de outubro de dois mil e treze, consubstanciando a décima primeira alteração ao orçamento da despesa e décima primeira alteração ao plano de atividades municipais e nona alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – *documentos cujo teor se dão aqui por integrados e reproduzidos e se arquivam no maço de documentos relativos à presente ata, sob a forma de docs. n.ºs 197, 198, 199, 200, respetivamente.* _____


DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento do teor integral do aludido despacho, bem como dos efeitos decorrentes do mesmo. _____

Ao Gabinete de Gestão Financeira para conhecimento. _____

178 – 3ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO FINANCEIRO 2015. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, proposta escrita contendo a exposição dos motivos da modificação, na modalidade de revisão, aos documentos previsionais aprovados para o ano de 2015, subscrita pela técnica superior (gestão), Dra. Maria José Afonso Baía, datada de três de dezembro do ano em curso, a qual instruiu os correspondentes mapas contabilísticos, 3ª revisão ao Orçamento da Receita, 3ª revisão ao Orçamento da Despesa, 3ª revisão ao Plano de Atividades Municipais e 3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimento – *documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexam ao maço do documentos relativos a presente ata, sob a forma de docs. n.º 201, 202, 203, 204 e 205, respetivamente.* _____

Sobre essa proposta, foi exarado despacho, datado de seis de novembro de dois mil e quinze, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. David Teixeira, com o seguinte teor: “À Câmara Municipal”. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta de modificação dos documentos previsionais aprovados para o ano económico em curso, na modalidade de revisão, bem como remetê-la para o órgão deliberativo do município para efeitos de eventual aprovação. _____

Ao Gabinete de Gestão Financeira para conhecimento. _____

180 – AQUISIÇÃO DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, SITOS NO LUGAR DO AÇOUGUE, NA FREGUESIA DE MONTALEGRE, DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE MONTALEGRE. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, datada de dezanove de dezembro do ano em curso, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra, para os devidos efeitos legais: _____

“**Assunto:** Aquisição de dois prédios urbanos, sitos no largo do Açougue, na freguesia de Montalegre, destinados à construção da Casa Mortuária de Montalegre. _____

I – DA JUSTIFICAÇÃO _____

Considerando que se torna necessário construir, na Vila de Montalegre, um equipamento público, destinado a casa mortuária, que confira dignidade aos finados e condições de conforto a todos aqueles que lhes queiram prestar uma última homenagem. _____

Considerando que esse investimento foi identificado como de relevância para a comunidade em curso. _____

Considerando que, na sequência de diversas diligências e contactos informais, foi possível identificar local propício e idóneo para a execução de tal equipamento, bem como proprietário disponível a ceder, naturalmente de forma onerosa, os prédios urbanos para tal efeito. _____

Considerando que a execução dessa obra municipal está ainda dependente da aquisição de um imóvel, composto de telheiro, corte e palheiro, com a superfície coberta de 125,25 m², e de um terreno, com a área de 179,25 m², localizados no centro histórico do Castelo de Montalegre, inscritos na matriz predial urbana da união das freguesias de Montalegre e Padroso, respetivamente sob o artigos n.ºs 1751 e P 1758, ambos propriedade de Ana Afonso Gonçalves Dias, viúva, residente em Montalegre. _____

As conversações mantidas com a proprietária, ainda que pela via oral, foram estabelecidas nos termos e para os efeitos constantes do artigo 11.º, da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, que aprovou o Código das Expropriações, ou seja, tendo em vista proceder às aquisições necessárias por via do direito privado. _____

Considerando que, no intuito de apurar o valor de mercado de cada um dos aludidos prédios urbanos, foram elaborados, por perito oficial contratado para o efeito, dois laudos, nos quais se concluiu que o valor do telheiro, corte e palheiro é de € 20.500,00 e o da parcela de terreno é de

Esta proposta, apesar de transcrita, bem como os documentos que a acompanhavam, requisição externa n.º 2246, relatório de avaliação do terreno e relatório de avaliação do prédio urbano, vão ficar apensos ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 206, 207, 208 e 209. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta nos precisos termos em que foi formulada. Proceda-se em conformidade com a mesma. _____

181 – AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO DE TERRENO, SITUADO NA ZONA ENVOLVENTE AO CASTELO DE MONTALEGRE. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, datada de dezanove de dezembro do ano em curso, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra, para os devidos efeitos legais: _____

“Assunto: Aquisição de prédio rústico de terreno, situado na zona envolvente ao Castelo.

I – DA JUSTIFICAÇÃO _____

Considerando que se torna necessário garantir adequado enquadramento paisagístico à zona de Proteção do Castelo de Montalegre, na Vila de Montalegre. _____

Considerando que esse investimento foi identificado como relevante para os turistas e para a comunidade local. _____

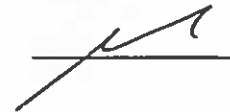
Considerando que a execução desse arranjo paisagístico está dependente da aquisição de um terreno, com a área de 1.250,00 m², localizada nessa zona envolvente ao Castelo de Montalegre, inscrito na matriz predial rústica da união das freguesias de Montalegre e Padroso, sob o artigo 2446 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Montalegre sob o n.º 2101, propriedade de André Filipe Pedreira Campos Pires. _____

Considerando que, no intuito de apurar o valor de mercado da aludida parcela de terreno, foi elaborado, por perito oficial contratado para o efeito, um laudo, no qual se concluiu que o valor desse terreno é de € 38.250,00 (vide teor dessa peritagem que se anexa, sob a forma de doc. n.º 1), não constituindo, porém, qualquer impedimento à negociação de um preço inferior. _____

Considerando que o proprietário desse prédio, André Filipe Pedreira Campos Pires, com o NIF 241 757 860, residente em Montalegre, manifestou, em sede de negociação informal, a intenção de aceitar a venda da identificada parcela de terreno, pelo preço proposto de € 30.000,00 (trinta mil euros). _____

Considerando que as conversações mantidas com o proprietário, ainda que pela via oral, foram estabelecidas nos termos e para os efeitos constantes do artigo 11.º, da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, que aprovou o Código das Expropriações, ou seja, tendo em vista proceder à aquisição necessária por via do direito privado. _____

Considerando que nos termos do estatuído na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para deliberar sobre a sua aquisição,



€ 9.500,00 (vide teor dessas duas peritagens que se anexam, sob a forma de doc. n.º 1 e 2, respetivamente). _____

Considerando que a proprietária desses prédios, Ana Afonso Gonçalves Dias, com o NIF 105 655 198, residente na rua 5 de outubro, n.º 4, 5470-218 Montalegre, mostrou disponibilidade para proceder à venda, pelo preço total de € 30.000 (trinta mil euros), evitando, assim, delongas e custos associados a eventual processo de expropriação. _____

Considerando que nos termos do estatuído na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para deliberar sobre a sua aquisição, definitiva e a título oneroso, bem como das respetivas condições contratuais, é do executivo municipal. _____

II – DA PROPOSTA _____

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao executivo municipal o seguinte: _____

a) Que delibere proceder à aquisição, por intermédio de compra e venda, à Sra. Ana Afonso Gonçalves Dias, viúva, com o NIF 105 655 198, residente na rua 5 de outubro, n.º 4, 5470-218 Montalegre, de um imóvel, composto de telheiro, corte e palheiro, com a superfície coberta de 125,25 m², e de um terreno, com a área de 179,25 m², localizados no centro histórico do Castelo de Montalegre, inscritos na matriz predial urbana da união das freguesias de Montalegre e Padroso, sob os artigos 1751 e P-1758, respetivamente pelo preço de € 20.500,00 e de € 9.500,00, o que perfaz o valor total de € 30.000,00 (trinta mil euros), destinados à construção da Casa Mortuária de Montalegre, ou seja, para o domínio privado municipal. _____

b) Que a formalização do aludido negócio, justificação notarial e compra em venda em simultâneo, seja feita junto do notário privativo do município, bem como me sejam conferidos poderes para, nesse ato, representar o município de Montalegre. _____

c) Que, logo que formalizada a compra e venda, seja extraída cópia, a fim de ser remetida para o setor do património. _____

d) Que os encargos decorrentes desta aquisição sejam suportados pelo orçamento municipal, através da classificação orgânica 03, económica 07 01 01 e do Plano Plurianual de Investimentos 2002-I-52. _____

e) Que existem fundos disponíveis para acomodar a aludida responsabilidade financeira, conforme resulta do compromisso n.º 2246/2015, que se anexa sob a forma de doc. n.º 3. _____
Paços do Concelho, Montalegre, 19 de dezembro de 2015. _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinatura ilegível, (Manuel Orlando Fernandes Alves)". _____

Anexo: Dols relatórios de avaliação e compromisso para efeitos de comprovação da existência de fundos disponíveis. _____

definitiva e a título oneroso, bem como das respetivas condições contratuais, é do órgão executivo municipal. _____

II – DA PROPOSTA _____

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao executivo municipal o seguinte: _____

a) Que delibere proceder à aquisição, por intermédio de compra e venda, ao Sr. André Filipe Pedreira Campos Pires, solteiro, com o NIF 241 757 860, residente em Montalegre, de terreno, com a área de 1250,00 m², localizado na zona envolvente ao Castelo de Montalegre, inscrito na matriz predial rústica da união das freguesias de Montalegre e Padroso, sob o artigo 2446, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Montalegre sob o n.º 2101, pelo preço total de € 30.000,00 (trinta mil euros), destinada a garantir uma zona de proteção público ao Castelo de Montalegre, que está classificado como monumento nacional. _____

b) Que a formalização do aludido negócio de compra e venda seja feita junto do notário privativo do município, bem como me sejam conferidos poderes para, nesse ato, representar o município de Montalegre. _____

c) Que, logo que formalizada a compra e venda, seja extraída cópia, a fim de ser remetida para o setor do património, tendo em vista o seu adequado tratamento ao nível da contabilidade patrimonial. _____

d) Que os encargos decorrentes desta aquisição sejam suportados pelo orçamento municipal, através da classificação orgânica 03, económica 07 01 01 e do Plano Plurianual de Investimentos 2002-I-52. _____

e) Que existem fundos disponíveis para acomodar a aludida responsabilidade financeira, conforme resulta do compromisso n.º 2245/2015, que se anexa sob a forma de doc. n.º 2. _____
Paços do Concelho, Montalegre, 19 de dezembro de 2015. _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinatura ilegível, (Manuel Orlando Fernandes Alves)". _____

Anexo: Relatório de avaliação e compromisso para efeitos de comprovação da existência de fundos disponíveis. _____

Esta proposta, apesar de transcrita, bem como os documentos que a acompanhavam, requisição externa n.º 2245 e relatório de avaliação do terreno, vão ficar apensos ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 210, 211 e 212. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta nos precisos termos em que foi formulada. Proceda-se em conformidade com a mesma. _____

182 – ALIENAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO, E DE DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA DOS PRÉDIOS URBANOS – ANTIGAS ESCOLAR PRIMÁRIAS – SITAS EM PEREIRA, BAGULHÃO, TABUADELA, CARVALHO, LINHARELHOS, REBORDA, CAMBESES DO RIO, FRADES DO RIO, VILA DA PONTE E BUSTELO. _

Este assunto foi retirado da ordem de trabalho, por decisão do Senhor Presidente da Câmara. _



IX
ATIVIDADE REGULAMENTAR

183 – PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, projeto de alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenas no maço de documentos relativos a esta ata sob doc. n.º 213.* _____

A Senhora Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, explicitou a motivação subjacente à proposta de alteração do aludido regulamento municipal, consubstanciada, no essencial, no alargamento da componente solidária à família, de modo a abranger também o segundo filho. _____

A Senhora Vereadora do PSD, Enf.ª Maria Elsa de Moura Minhava, defendeu que o apoio à família não deveria acabar aos doze anos de idade, mas antes coincidir com o término do abono de família, na medida em que este apoio financeiro visa repor os cortes feitos nessa prestação social pelo anterior governo. _____

Defendeu, ainda, a referida vereadora, que o apoio financeiro à frequência de creche não deveria ser indexado ao regulamento da Santa Casa da Misericórdia porque este é ilegal, por violar a constituição, na medida em que, em regra, não permite o acesso ao apoio por parte de filhos de trabalhadores por conta de outrem e dos profissionais liberais de Montalegre, ainda que os respetivos rendimentos o possibilitassem. _____

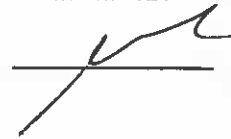
Disse, também, não perceber como é que aplicando a mesma tabela, a Misericórdia de Montalegre apura mensalidades de frequência de creche muito superiores a outras instituições congéneres e vizinhas. _____

Disse, por último, esta eleita local, ter na sua posse um parecer do Provedor de Justiça que considera o regulamento da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre ilegal, pelo que a concessão de apoio à creche a aprovar pelo município de Montalegre, em regulamento municipal, não deveria ser indexado àquele. _____

A Senhora Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, em resposta, disse que o regulamento municipal em aprovação não é baseado ou indexado ao regulamento da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, mas sim à legislação em vigor. _____

Afirmou ainda, a referida autarca, que a competência para fixar os escalões não é do município, mas antes da IPSS, sendo que àquele apenas incumbe definir o âmbito do apoio, os critérios e o montante do mesmo. _____

Terminou, dizendo que a competência para verificar a conformidade legal dos regulamentos aprovados pelas IPSS é da administração central, razão pela qual não pode o município nem os



seus órgãos imiscuir-se na gestão interna da Misericórdia de Montalegre ou censurar as suas decisões. _____

O Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, disse não perceber a posição assumida pela Senhora Vereadora do PSD, pois a censura que faz ao regulamento municipal constitui uma crítica ao modo de aplicação dos escalões feita pela Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. _____

Disse que a Câmara de Montalegre não tem legitimidade para aferir da boa ou má aplicação dos regulamentos internos da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, nem tampouco se o mesmo é ilegal ou inconstitucional. _____

O Senhor Presidente da Câmara disse, por último, que, sem prejuízo das questões suscitadas pela Senhora Vereadora do PSD poderem vir a ser objeto de decisão por parte da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre ou da tutela, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a proposta de alteração ao regulamento de concessão de apoio financeiro à família deve ser aprovada, no intuito de poderem ser beneficiadas mais crianças. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra expressos pelos Vereadores do PSD, Dr. José Duarte Crespo Gonçalves e Enf.ª Maria Elsa de Moura Minhava, o seguinte: _____

a) Aprovar o projeto de alteração ao Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, constantes do documento anexo e cujo conteúdo se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais. _____

b) Que este regulamento seja remetido ao órgão deliberativo municipal para efeitos de aprovação definitiva. _____

c) Posteriormente, logo que tal regulamento tenha sido aprovado pelo aludido órgão deliberativo, seja remetido para publicação em edital, a afixar nos locais do costume, e no seu sítio na Internet. _____

Os Senhores Vereadores do PSD, Dr. José Duarte Crespo Gonçalves e Enf.ª Maria Elsa de Moura Minhava, tendo votado contra, fundamentaram o respetivo sentido de voto na circunstância de o regulamento municipal em causa remeter, para efeitos de aplicação, para um regulamento interno do Santa Casa da Misericórdia de Montalegre que exclui automaticamente, sem qualquer avaliação da situação socioeconómica, os agregados familiares com rendimentos por conta de outrem e os trabalhadores independentes, o que viola o princípio da igualdade, sendo por isso ilegal. _____

184 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e que vai ficar apenso no maço de documentos relativos a esta ata sob doc. n.º 214. _____

A Senhora Vereadora da Ação Social, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, apresentou as principais alterações propostas, bem como os respetivos fundamentos. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: _____

a) Aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, constante do documento anexo e cujo conteúdo se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais. _____

b) Que este regulamento seja remetido ao órgão deliberativo municipal para efeitos de aprovação definitiva. _____

c) Posteriormente, logo que tal regulamento tenha sido aprovado pelo aludido órgão deliberativo, seja remetido para publicação em edital, a afixar nos locais do costume, e no seu sítio na Internet. _____

**X
DIVERSOS**

**XI
REUNIÃO PÚBLICA MENSAL**
(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

**XII
APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA**
(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

**XIII
ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram doze horas e trinta minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Nuno Vaz Ribeiro, na qualidade de secretário, a redigi e vou assinar, junto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

O Presidente da Câmara Municipal _____

O Secretário da reunião Nuno Vaz Ribeiro _____